

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 172/2021
Data: 04/11/2021**



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
GREVE DOS CAMINHONEIROS: GOVERNO ENVIA 200 AGENTES DA PRF PARA GARANTIR ACESSO AO PORTO DE SANTOS	4
PRORROGAÇÃO DO REPORTO PASSA POR COMISSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	4
GREVE DOS CAMINHONEIROS: TERMINAIS E TRANSPORTADORAS ESTÃO IMPEDIDOS DE ATUAR NO PORTO DE SANTOS	5
LUIS CLAUDIO SANTANA MONTENEGRO: CLIENTES PRIORITÁRIOS DOS PORTOS	6
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	7
ANTAQ AVANÇA 120 POSIÇÕES NO RANKING DO ÍNDICE DE GOVERNANÇA DO TCU	7
DIRETOR DA ANTAQ DEFENDE INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DOS PORTOS EM EVENTO DO CORREDOR CENTRO-NORTE.....	8
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	9
SPA RECEBE PRÊMIO INTERNACIONAL POR ATUAÇÃO NA PANDEMIA DA COVID-19	9
OPERADORA DE LOGÍSTICA FERROVIÁRIA USA INTERNET DAS COISAS PARA EVITAR ACIDENTES COM TRENS	11
NA COP26, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E EMBRAPA APRESENTAM MAPAS DE ESTOQUE DE CARBONO ORGÂNICO DO SOLO.....	12
AGÊNCIA SENADO - DF	13
FERNANDO BEZERRA COELHO PEDE VOTAÇÃO DA BR DO MAR E DA NOVA LEI DO CÂMBIO	13
ISTOÉ - DINHEIRO	14
TELFÔNICA BRASIL, TIM E CLARO ARREMATAM PRINCIPAIS LOTES EM LEILÃO 5G.....	14
PETROBRAS DESMENTE BOLSONARO SOBRE AUMENTO DE COMBUSTÍVEIS.....	15
CORREÇÃO-LIRA DIZ QUE BANCADAS NÃO MUDARÃO NO 2º TURNO DA PEC DOS PRECATÓRIOS, MOSTRA CONFIANÇA NA APROVAÇÃO.....	15
AZUL LANÇA VOO DIRETO ENTRE CONGONHAS E FERNANDO DE NORONHA COM EMBRAER E2	16
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	16
NUCLEAR, EÓLICA OFFSHORE, HIDROGÊNIO E TÉRMICAS: AS APOSTAS DE BENTO ALBUQUERQUE NA COP26.....	16
DIÁRIOS DA COP26: CARVÃO NA MIRA, OPEP+ “GOLPEADA” E CONSÓRCIO DE GOVERNADORES	20
OTTO HABILITADAS NO LEILÃO DA CESSÃO ONEROSA.....	23
JORNAL O GLOBO – RJ	24
LEILÃO DO 5G: BRISANET PAGA ÁGIO DE 13.741,71%, E PAÍS GANHA NOVA OPERADORA VOLTADA APENAS PARA O NORDESTE.....	24
POSTOS VÃO MUDAR FORMA DE EXIBIÇÃO DOS PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS, QUE TERÃO APENAS DUAS CASAS DECIMAIS	25
MINISTRO DO TCU DEFENDE 'PACTO' PARA 'GASTAR UM POUCO MAIS' PELOS PRÓXIMOS ANOS	26
PEC DOS PRECATÓRIOS É APROVADA EM 1º TURNO NA CÂMARA E MUDA TETO DE GASTOS PARA VIABILIZAR AUXÍLIO BRASIL EM ANO ELEITORAL.....	27
LEILÃO DO 5G AO VIVO: CLARO, TIM E VIVO SÃO AS VENCEDORAS NOS LOTES MAIS IMPORTANTES.....	28
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	31
CHINA CHAMA DE 'MANIPULAÇÃO' O RELATÓRIO DOS EUA SOBRE SEU ARSENAL NUCLEAR.....	31
PARALISAÇÃO DE CAMINHONEIROS AFETA OPERAÇÕES NO PORTO DE SANTOS	33
DESESTATIZAÇÃO NO SETOR PORTUÁRIO	34
VALOR ECONÔMICO (SP)	35
EXPORTAÇÃO DE SOJA CRESCEU 34% EM OUTUBRO.....	35
NAVIOS DE PEQUENO PORTE ENTRAM EM CENA PARA SUBSTITUIR GRANDES EMBARCAÇÕES DE CONTÊINERES	35
OTTO ALENAR COSTURA CRIAÇÃO DE IMPOSTO SOBRE EXPORTAÇÃO DE PETRÓLEO CRU E MUDANÇAS NA POLÍTICA DE PREÇOS DA PETROBRAS.....	36
MINÉRIO DE FERRO TEM LEVE ALTA NA BOLSA DE COMMODITY DE DALIAN	37
FOLHA DE SÃO PAULO - SP	37
ANP HABILITA 8 EMPRESAS PARA LEILÃO DO PRÉ-SAL, INCLUINDO EXXON E CHEVRON	37
CADE MULTA RUMO EM R\$ 247 MILHÕES POR INVIABILIZAR ATUAÇÃO DE RIVAL	38
PORTAL PORTOS E NAVIOS	39
ROYCE FORNECERÁ MOTORES MTU PARA QUATRO REBOCADORES HÍBRIDOS NO ESTALEIRO DETROIT	39
PORTO DE ILHÉUS RETOMA MOVIMENTAÇÃO DE MADEIRA.....	40



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 172/2021
Página 3 de 50
Data: 04/11/2021
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

BRADO RECEBE CERTIFICADO DE OPERADOR ECONÔMICO AUTORIZADO	40
PRODUTORES DE SAL DEFENDEM MANUTENÇÃO DE ISENÇÃO PARA COMPETIR COM CHILENOS	41
SEGUNDA RODADA DA CESSÃO ONEROSA: DIVULGADAS OITO EMPRESAS HABILITADAS	42
SANTOS BRASIL CONQUISTA NOVO SERVIÇO DA CMA CGM	43
BÚZIOS PRODUZ 709,7 MBOE/D NO PRIMEIRO MÊS DE VIGÊNCIA DO ACORDO DE COPARTICIPAÇÃO.....	43
CADE CONDENA RUMO-ALL POR ABUSO DE POSIÇÃO DOMINANTE NO MERCADO DE LOGÍSTICA	45
PROPOSTA SELECIONADA DO NAVIO POLAR PREVÊ 47,68% DE CONTEÚDO LOCAL	46
TERMINAIS DIALOGAM EM BUSCA DE SOLUÇÃO PARA ACELERAR RENOVAÇÃO DO REPORTO.....	48
PORTOS FLUMINENSES MOVIMENTAM 6 MILHÕES DE TONELADAS EM SETEMBRO	49
MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA	50
MERCOS SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	50



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

GREVE DOS CAMINHONEIROS: GOVERNO ENVIA 200 AGENTES DA PRF PARA GARANTIR ACESSO AO PORTO DE SANTOS

Efetivo da Polícia Rodoviária Federal foi enviado nesta quarta-feira (3)

Por: *ATribuna.com.br*



PRF encaminha 200 oficiais para encerrar manifestação no Porto de Santos Foto: Reprodução/PRF

O Ministério da Infraestrutura anunciou nesta quinta-feira (4) que um grupo formado por 200 agentes da Polícia Rodoviária Federal (PRF) foi destacado para garantir o acesso de caminhões ao Porto de Santos em meio à greve dos caminhoneiros. A medida foi tomada após recentes atos de vandalismo registrados nas imediações do complexo portuário.

Segundo a pasta federal, em nota, a mobilização dos policiais rodoviários federais ocorre para "controlar a manifestação dos caminhoneiros nas imediações do Porto de Santos" e visa "garantir a retomada da normalidade no acesso ao maior porto da América Latina".

O efetivo de 200 agentes opera na formação de um grande corredor de segurança, que vai desde o acesso aos terminais até a subida da Serra do Mar. Ainda de acordo com o Ministério da Infraestrutura, a operação conta com apoio da Polícia Militar de São Paulo.

Com isso, a normalização nos acessos ao Porto de Santos deve acontecer em breve, aponta o ministério. Neste momento, cerca de 80% dos navios atracados operam sem restrições. Contudo, o restante ainda trabalha em menor escala por cautela.

Vandalismo...

Na quarta-feira (3), A Tribuna publicou que terminais retroportuários do Porto de Santos e transportadoras de cargas estão impedidos de operar por conta da greve dos caminhoneiros.

Segundo a Associação Brasileira dos Terminais Retroportuários e das Empresas Transportadoras de Contêineres (ABTTC) e o Sindicato das Empresas de Transporte Comercial de Carga do Litoral Paulista (Sindisan), houve relatos de danos a veículos que tentam desempenhar as suas atividades em meio à paralisação.

Por outro lado, o Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens da Baixada Santista e Vale do Ribeira (Sindicam), que coordena a greve dos caminhoneiros na região, negou qualquer ato de vandalismo durante a paralisação.

"Não faz parte da nossa manifestação. Estamos fazendo uma paralisação pacífica. Quem faz isso são vândalos. Podem ser pessoas querendo atrapalhar os movimentos".

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 04/11/2021

PRORROGAÇÃO DO REPORTO PASSA POR COMISSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

O tema foi incluindo o Projeto de Lei 3.412, da deputada federal Rosana Valle (PSB)

Por: *Redação*



Tema precisa de aprovação das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação Foto: Carlos Nogueira/AT

A Comissão de Viação e Transportes (CVT) da Câmara dos Deputados aprovou a extensão do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto) até 2030. Agora, o tema precisa de aprovação das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

O tema foi incluindo o Projeto de Lei 3.412, da deputada federal Rosana Valle (PSB). A ideia é ampliar os benefícios do Reporto às empresas de dragagem, recintos alfandegados de zona secundária, recintos especiais para despacho aduaneiro de exportação (Redex), terminais de armazenagem e reparo de contêineres vazios (Depots), e aos centros de formação profissional e treinamento.

Dessa forma, caso aprovado o projeto, estas empresas poderão contar com lei que garanta este incentivo fiscal para modernizar suas atividades, efetuando aquisições e importações de máquinas e equipamentos portuários, peças de reposição e outros bens sem similares nacionais.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 04/11/2021

GREVE DOS CAMINHONEIROS: TERMINAIS E TRANSPORTADORAS ESTÃO IMPEDIDOS DE ATUAR NO PORTO DE SANTOS

ABTTC e Sindisan relataram danos aos veículos que tentam desempenhar as suas atividades

Por: Redação

Segundo a ABTTC, empresas são forçadas a evitarem colocar veículos em operação

Os terminais retroportuários do Porto de Santos e transportadoras de cargas estão impedidos de operar por conta da greve dos caminhoneiros. As informações são da Associação Brasileira dos Terminais Retroportuários e das Empresas Transportadoras de Contêineres (ABTTC) e do Sindicato das Empresas de Transporte Comercial de Carga do Litoral Paulista (Sindisan), que apontam relatos de danos aos veículos que tentam desempenhar as suas atividades.

Com isso, segundo a ABTTC, as empresas são forçadas a “evitarem colocar seus veículos em operação, prejudicando ainda mais o escoamento das mercadorias de exportação”.

“O movimento grevista tem, inclusive, impedido que as empresas atuem utilizando as suas frotas próprias para realizar a retirada de contêineres vazios e a entrega de contêineres cheios nos terminais portuários, ocasionando uma série de prejuízos aos exportadores”, destacou a entidade, em nota.

O Sindisan também se manifestou contra a greve. “Em virtude dos fatos ocorridos, neste momento, as empresas optaram por preservar a integridade física de seus colaboradores e seus patrimônios e, por isso, estão evitando a circulação de suas frotas”, destacou a entidade que representa as transportadoras, em nota.

Violência

Seis caminhões foram apedrejados na madrugada desta quarta-feira (3), no Ecopátio, em Cubatão, o que assustou os motoristas que pernoitavam no local.

De acordo com o G1, o caso aconteceu, por volta de 00h30, no pátio de caminhões localizado às margens da Cônego Domênico Rangoni. O caminhoneiro autônomo, Ademilson Santos, de 40

anos, afirmou que estava dormindo e acordou com o barulho das pedras que estavam sendo jogadas no caminhão dele.

A reportagem tentou contato com a Polícia Militar e com o Ecopátio, mas até a última atualização não obteve respostas.

Sindicam

O Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens da Baixada Santista e Vale do Ribeira (Sindicam), que coordena a greve dos caminhoneiros na Região, negou qualquer ato de vandalismo durante a paralisação.

“Não faz parte da nossa manifestação. Estamos fazendo uma paralisação pacífica. Quem faz isso são vândalos. Podem ser pessoas querendo atrapalhar os movimentos”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 04/11/2021

LUIS CLAUDIO SANTANA MONTENEGRO: CLIENTES PRIORITÁRIOS DOS PORTOS

É do arrendatário que se deve buscar as percepções e oportunidades de melhoria da gestão portuária

Por: Luis Claudio Santana Montenegro



Luis Claudio Santana Montenegro: Clientes prioritários dos portos Foto: Carlos Nogueira

Denominamos o conjunto de stakeholders nos portos pelo simpático nome de comunidade portuária, termo que nos traz a noção de colaboração, concordância e harmonia, objetivos principais para uma gestão portuária de excelência. Nos resta compreender o conjunto de elementos contidos neste grupo e a

natureza de suas relações para, então, compreendermos quem deve ser o cliente prioritário do porto.

Por comunidade portuária, entende-se uma diversidade de prestadores de serviço, de usuários e de trabalhadores. No grupo dos prestadores de serviço, transportadores das diversas modalidades, práticos, rebocadores, despachantes, autoridades públicas. Ainda neste grupo, destaque para os operadores portuários, para os quais dedicaremos um pouco mais de atenção.

Já entre os trabalhadores, estão os relacionados aos próprios operadores, dos quais parte são avulsos, requisitados a cada trabalho. Há também os destacados na gestão das administrações portuárias, e os ligados aos demais prestadores de serviço ou seus contratantes.

Pois quando se fala em contratantes, utiliza-se a denominação “embarcador”, que significa o contratante do serviço de transporte, o interessado final na movimentação da carga, o importador, o exportador, o comerciante nacional que se utiliza da cabotagem para transporte dos seus produtos dentro do país, ou seus representantes, despachantes, agentes, brokers, tradings.

Antes de matarmos a charada de quem é o cliente prioritário dos portos, é preciso nos aprofundarmos um pouco mais no conceito de operador portuário, em particular, na forma da sua atuação. Ele pode realizar suas operações contando com instalações e equipamentos públicos, situação que tem se tornado cada vez mais rara no Brasil.

Quando essas operações possuem volume e regularidade suficientes, é natural que o operador portuário opte por berços, equipamentos e áreas de uso exclusivo, e isso é concretizado pelos arrendamentos para implantação de terminais portuários especializados.



Além disso, perseguimos há muito o modelo Landlord de gestão portuária, no qual a administração portuária arrenda áreas para que operadores portuários possam constituir seus terminais especializados.

Se entendermos que é o operador portuário o responsável por toda a mágica dos fluxos de carga nos portos, e estamos em busca da perfeita implantação do modelo Landlord, estaremos na last mile para a resposta.

Sem mais suspense, o cliente direto, prioritário do porto deve ser o arrendatário em um modelo Landlord. É ele que interage com transportadores, com comerciantes, com trabalhadores e com os demais prestadores de serviço. É para ele que a administração portuária deve dedicar o seu trabalho e eficiência na prestação de serviços. É do arrendatário que se deve buscar as percepções e oportunidades de melhoria da gestão portuária e é legítimo, portanto, que sempre ouçamos prioritariamente os arrendatários sobre o destino que queremos para os portos brasileiros.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 04/11/2021



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ AVANÇA 120 POSIÇÕES NO RANKING DO ÍNDICE DE GOVERNANÇA DO TCU

Entre as 11 agências reguladoras federais, a ANTAQ teve o segundo melhor desempenho

A ANTAQ conseguiu 74,8% no Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas (IGG21), numa escala de 0 (0%) a 1 (100%). A porcentagem indica que o IGG da Agência está aprimorado. É o que aponta relatório encaminhado ao Tribunal de Contas da União (TCU), que vem realizando, sistematicamente, levantamentos para conhecer melhor a situação da governança no setor público e estimular as organizações públicas a adotarem boas práticas relativas ao tema.

Para o diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, o resultado mostra o empenho da autarquia ao longo dos anos na melhoria dos quesitos de governança e de gestão pública que são avaliados pela Corte de Contas. “Entre 2018 e 2021, conseguimos avançar mais de 120 posições. Isso demonstra o nosso empenho para melhorar e aperfeiçoar processos e procedimentos relacionados às boas práticas de governança. Com isso, entregamos um serviço ainda melhor à sociedade e ao país”.

Neste ano, 378 organizações públicas (administração direta, autarquias, empresas públicas, universidades, tribunais regionais federais) participaram do levantamento com respostas válidas, e a ANTAQ ficou com a 37ª posição na classificação geral e, em 2º lugar, em relação às 11 agências reguladoras federais.

A Agência vem evoluindo ao longo dos anos em relação à gestão e governança. Na avaliação de 2017, o IGG da ANTAQ foi de 31% (323º lugar geral no ranking). No ano seguinte, 54% (123º lugar). Neste ano, cerca de 75%, bem superior à média das 378 organizações, que foi de 51,8%; e maior também que a média das agências reguladoras (60,4%).

No resumo dos resultados, além do IGG, há outros nove índices. Entre eles estão o iGovContrat (Índice de Governança e Gestão de Contratações), que a Agência obteve 93,1%; e o iGestContrat (Índice de Gestão de Contratações). Neste indicador, a ANTAQ conseguiu 88,8%. Veja outros indicadores na tabela abaixo.

Indicador	Valor
iGG (índice integrado de governança e gestão públicas)	74,8%
iGovPub (índice de governança pública)	79,4%
iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)	75,3%
iGestPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas)	72,2%
iGovTI (índice de governança e gestão de TI)	61,0%
iGestTI (índice de capacidade em gestão de TI)	63,2%
iGovContrat (índice de governança e gestão de contratações)	93,1%
iGestContrat (índice de capacidade em gestão de contratações)	88,8%
iGovOrcament (índice de governança e gestão orçamentária)	79,4%
iGestOrcament (índice de capacidade em gestão orçamentária)	65,1%

Nos “Índice de Governança e Gestão de Contratações” e “Índice de Gestão de Contratações”, a ANTAQ foi a primeira entre as agências reguladoras

Ações Estratégicas

A ANTAQ ressalta que uma série de ações foi feita para que a ANTAQ melhorasse seu IGG, entre elas a definição de modelo de gestão estratégica; a elaboração de indicadores institucionais finalísticos; a implantação da gestão de riscos nos principais processos organizacionais da Agência; a implantação de indicadores na área orçamentária, de licitação/contratos e de gestão de pessoas; o estabelecimento de metas de produtividade para os servidores, bem como a sua medição; e o estabelecimentos de normativos em nomeação de cargos comissionados, fiscalização de contratos, utilização de suprimento de fundos, ressarcimento ao erário, aplicação de penalidade em processos administrativos, prazos para prorrogação de contratos e governança nas contratações.

Prestação de Contas

Desde 2017, o TCU unificou quatro levantamentos de governança (pessoas, TI, contratações e governança pública). Em 2021, incluiu também a governança orçamentária. Os levantamentos são realizados com foco nas organizações públicas, além de tornar o levantamento anual, público e parte do processo de prestação de contas anuais.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 04/11/2021

DIRETOR DA ANTAQ DEFENDE INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DOS PORTOS EM EVENTO DO CORREDOR CENTRO-NORTE

O debate foi promovido pela Agência de Desenvolvimento Sustentável do Corredor Centro-Norte – Adecon



O diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, Adalberto Tokarski, participou hoje (04) do primeiro dia do Road Show Integração e Desenvolvimento do Corredor Centro-Norte, realizado em São Paulo. Tokarski falou no painel O Papel da Inovação na Logística e a sua importância para o Corredor Centro-Norte do Brasil. O encerramento do evento será no próximo dia 09, em Brasília.

O debate foi promovido pela Agência de Desenvolvimento Sustentável do Corredor Centro-Norte – Adecon, e reuniu especialistas e autoridades do setor portuário, como o presidente do Porto do Itaquí, Ted Lago, o secretário



Nacional de Transportes Terrestres - SNTT-MINFRA, Marcello Costa, e o diretor de Gestão e Modernização Portuária do Ministério da Infraestrutura, Otto Luiz Burlier.

Na oportunidade, Tokasrki comentou sobre os avanços tecnológicos que têm trazido maior produtividade aos portos brasileiros, mesmo com tecnologia de fora. “Em termos de competitividade na movimentação de contêineres, por exemplo, os nossos terminais não perdem para os portos mais importantes do mundo”, observou.

Para o diretor da ANTAQ, o país deve cada vez mais agregar sustentabilidade às inovações no setor de transporte aquaviário. “Para o transporte interno, o porto pode passar a usar veículo a gás ou elétrico. Isso já vem sendo feito na Europa com ganhos importantes no campo ambiental e pode ser aplicado aqui também”, afirmou.

O diretor lembrou que a ANTAQ também tem apoiado a adoção de novas tecnologias no setor de transporte aquaviário, promovendo estudos e eventos como o Prêmio ANTAQ que, além de estimular boas práticas ambientais nos portos e terminais privados por meio do Índice de Desempenho Portuário – IDA, também premia as melhores iniciativas inovadoras aplicáveis ao setor.

Na parte da navegação fluvial, Tokarski comentou que há muito o que fazer em termos de inovação para o transporte por rios avançar. “Na Amazônia, especialmente no transporte de cargas e passageiros – e o Maranhão está na Amazônia -, as embarcações têm 50 ou 60 anos. Apenas trocando-se os motores dessas embarcações por novos propulsores, já se consegue um avanço muito grande em termos de eficiência”, disse.

E, finalmente, em relação ao Corredor Centro-Norte, o diretor da ANTAQ manifestou que ainda que o Porto do Itaqui tenha todo um caminho pela frente na questão da inovação, “só o fato de ter um porto moderno, com muita tecnologia, e uma ferrovia também moderna e tecnológica já o torna bastante eficiente”.

**Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 04/11/2021



SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

SPA RECEBE PRÊMIO INTERNACIONAL POR ATUAÇÃO NA PANDEMIA DA COVID-19

Informação: Santos Port Authority (4 de novembro de 2021)

A Santos Port Authority (SPA), empresa que administra o Porto de Santos, recebeu da American Association of Port Authorities (AAPA) e da Secretariat of the Inter-American Committee on Ports (S/CIP), da Organização dos Estados Americanos (OEA), o prêmio AAPA-CIP Port Industry Award of Excellence pelo destaque de sua atuação durante a pandemia da Covid-19, vencendo na categoria “COVID-19 Pandemic Response”, aberta a 35 nações do continente americano. A SPA foi reconhecida por implementar, efetivamente, protocolos de segurança internacionais e nacionais para o bem-estar de seus trabalhadores, executando procedimentos inovadores para evitar o contágio e ainda mantendo suas operações competitivas.

O diretor-presidente da SPA, Fernando Biral, afirma que “a Autoridade Portuária se sente honrada com a premiação e agradece à AAPA e à CIP pelo reconhecimento ao trabalho desenvolvido no Porto de Santos para enfrentamento da Covid-19, que contou com o apoio maciço de toda a



comunidade portuária de Santos”. Biral afirma que as ações adotadas no Porto de Santos foram essenciais para “que o complexo continuasse a apresentar resultados excepcionais, registrando sucessivos recordes de movimentação, não havendo interferência no ritmo de implantação do planejamento estratégico da SPA que avançou na viabilização da sua agenda de ações, rumo à consolidação de um novo momento da história do Porto de Santos”.

O prêmio é concedido aos portos (públicos e privados), terminais e operadores localizados nos países da América do Norte, América Latina e Caribe que demonstram excelência em suas operações e contribuem para a prosperidade econômica e social das regiões onde operam. Nesta edição foram recebidas mais de 26 indicações e, após um processo altamente competitivo, foram premiados, além da SPA, a Kingston Wharves Limited, na categoria “Technology and Innovation”; a Compas, na categoria “Port Infrastructure Development”; e a Tisur, na categoria “Public-Private Partnerships”.

A AAPA/CIP destaca que os premiados serão reconhecidos em todo o Hemisfério Ocidental por meio de vários canais de comunicação e mídia, incluindo a publicação nos sites da AAPA e CIP/OAS, e homenageados durante o 29º Congresso Latino-Americano de Portos, a realizar-se em Cartagena (Colômbia), no período de 29 de novembro a 1º de dezembro de 2021.

Ações da SPA

Antes mesmo de a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarar a doença como emergência internacional, a SPA já vinha viabilizando medidas contra a nova variante de coronavírus, tendo sido constituída, em janeiro de 2020, uma célula de crise formada por equipe multidisciplinar para atuar de forma prioritária sobre as ações a serem tomadas para combater o vírus. Abaixo, as principais ações:

- Consolidação do Plano de Contingência do Porto de Santos (PCPS) para eventos de saúde pública de importância internacional, estabelecendo, principalmente, procedimentos a serem tomados em casos de contaminação a bordo de navios;
- Realização do primeiro simulado prático em um porto de nível nacional de recebimento e atendimento a navio com caso suspeito da Covid-19, em conformidade com os procedimentos estabelecidos no PCPS;
- Elaboração e divulgação de diversos materiais de Comunicação informando sobre os cuidados a serem tomados pelos diferentes usuários do Porto;
- Reuniões de orientação com entidades representantes das diferentes classes de trabalhadores portuários (sindicatos, associações, prestadores de serviço, etc.);
- Ampliação dos pontos de higienização ao longo do complexo portuário, com instalação de aplicadores de álcool em gel e lavatórios em locais estratégicos;
- Editadas diversas normas para fins preventivos, destacando-se, dentre as medidas estipuladas, a obrigatoriedade de uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) na área do Porto Organizado de Santos, bem como a instalação, por parte dos operadores portuários, de estações móveis para higienização das mãos dos trabalhadores nas proximidades de todos os navios em operação;
- Reforçadas rotinas de inspeção nas áreas públicas e realizadas ações fiscalizatórias específicas em áreas arrendadas;
- Aquisição e doação às prefeituras de Santos e Guarujá de equipamentos e materiais como testes rápidos, aventais cirúrgicos e descartáveis, termômetros infravermelhos e oxímetros; e
- Instalação de um posto de vacinação na SPA para imunizar seus empregados, estagiários e terceirizados, além de órgãos federais atuantes no Porto de Santos. Ao todo, foram vacinados 1.423 trabalhadores portuários dentro das dependências da SPA.

De acordo com Mauricio Bernardo Gaspar Filho, superintendente de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho da SPA, “o sucesso nas ações de enfrentamento à Covid-19 só vem sendo possível devido ao incansável e exemplar trabalho das equipes da SPA e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que não estão medindo esforços para garantir a segurança dos trabalhadores portuários e da sociedade em geral.”

Sobre a Santos Port Authority

A Santos Port Authority é uma empresa pública vinculada à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA) do Ministério da Infraestrutura (Minfra). É responsável pelo planejamento logístico e pela administração da infraestrutura do Porto Organizado de Santos, o maior da América Latina, por onde passam 28% das trocas comerciais brasileiras. Com 7,8 milhões de metros quadrados, o complexo portuário está localizado a 70 quilômetros da Grande São Paulo e possui 55 terminais, sendo 41 arrendamentos, 8 retroportuários e 6 terminais de uso privado (TUPs), situados em duas margens, uma em Santos (direita) e outra em Santos e Guarujá (esquerda).

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 04/11/2021

OPERADORA DE LOGÍSTICA FERROVIÁRIA USA INTERNET DAS COISAS PARA EVITAR ACIDENTES COM TRENS

Quando fala do propósito de transformar a infraestrutura brasileira e trazer competitividade aos produtos nacionais vendidos no exterior, João Alberto Fernandez de Abreu, presidente da Rumo, vai muito além da retórica – tem fatos para provar. A operadora de logística ferroviária do Grupo Cosan, bicampeã setorial de Época NEGÓCIOS 360º, administra metade da malha nacional.

Pois ela consegue hoje cobrar US\$ 28 por tonelada de produto no corredor entre o Mato Grosso, principal região do agronegócio brasileiro, e o porto de Santos, o mais importante do país. Os produtores agrícolas americanos pagam US\$ 47 por tonelada nas suas principais ferrovias, segundo Abreu, já consideradas bom exemplo. O produto nacional tem, assim, um custo logístico 40% menor e chega ao destino com preço mais competitivo.

Não é milagre, mas resultado de investimentos – e muito mais está por vir. Em 2020, a Rumo renovou de forma antecipada, por 30 anos, o contrato de concessão da Malha Paulista, trecho de cerca de 2 mil quilômetros entre Mato Grosso e Santos. Pelo direito de operar a rota até 2058, pagou cerca de R\$ 3 bilhões ao governo e se comprometeu a investir mais R\$ 6 bilhões em melhorias como novos pátios, duplicação de vias, postos de abastecimento, viadutos e obras de contornos urbanos. Ainda em território paulista, a Rumo desenvolve obras de modernização no porto de Santos, nas regiões do Paquetá e do Macuco.

Paralelamente, a empresa promove a interligação desse trecho paulista com a sua malha central, parte da famosa Norte-Sul, uma obra estatal iniciada em 1986 e que entrou em operação apenas um ano após ser privatizada, em 2019. Junto com a malha, foram construídas melhorias nessa via que interliga Santos com o porto de Itaqui, no Maranhão. Entre elas, o novo terminal de carga de Rio Verde, em Goiás – um investimento de R\$ 430 milhões. “Existe uma gestão desses investimentos para transformar o sistema como um todo, não só uma malha específica”, diz Abreu. “E o resultado será aumentar a competitividade desde o produtor agrícola até o momento da partida do porto brasileiro para o seu destino.”

Tecnologia também é primordial. Veja o caso dos sensores de monitoramento espalhados pelos trilhos. Eles ajudam a prevenir acidentes – um trilho quebrado é detectado antes de algum trem passar sobre ele. Os vagões possuem tags para monitorar vibrações. Caso haja um nível excessivo, o trem freia e evita um acidente mais grave.

Munidas de sistema com algoritmo, as locomotivas da Rumo são semiautônomas e “aprendem” quanto mais são utilizadas. Detectam, por exemplo, os melhores locais para acelerar e frear as composições. “É a internet das coisas”, afirma o presidente. “Nossa central de controle conversa via satélite com nossos vagões, nossas locomotivas e até com nossos trilhos.” Isso, entre outras coisas, reduz acidentes. A Rumo entrou no nível de segurança-padrão das melhores companhias do mundo no setor e quer estar entre as três mais seguras até 2022.



Sistemas automatizados levaram à redução do gasto de óleo diesel de 5 litros para 3,5 litros por tonelada/km útil. E assim a companhia conseguiu adiantar de 2025 para 2023 o cumprimento da meta de reduzir em 15% a emissão de carbono.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 04/11/2021

NA COP26, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E EMBRAPA APRESENTAM MAPAS DE ESTOQUE DE CARBONO ORGÂNICO DO SOLO

Informação: Revista Cultivar (4 de novembro de 2021)

Material é importante ferramenta para subsidiar políticas públicas relacionadas às mudanças climáticas e à diminuição da emissão dos Gases de Efeito Estufa. – Foto: Divulgação Mapa / Revista Cultivar

No segundo dia de debates da agenda brasileira na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP26), nesta terça-feira (2), em Glasgow (Escócia), representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Embrapa participaram do painel “Carbono Orgânico no Solo – Oportunidades e Desafios”. O secretário de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação do Mapa, Fernando Camargo, apresentou o Programa Nacional de Levantamento e Interpretação de Solos do Brasil (PronaSolos), criado em 2018 para consolidar a integração de dados e colaborar com o avanço do conhecimento dos solos no país.

“O Brasil, apesar de ser uma potência agroambiental, não conhece detidamente o seu solo. Com o PronaSolos, vamos mapear detidamente o solo brasileiro pelos próximos 30 anos”, disse Camargo. Com esse conhecimento, será possível fazer no Brasil uma agricultura de precisão, ou seja, utilizar os dados para colocar adubos e fertilizantes certo em um determinado local, de acordo com as características do solo, por exemplo.

O secretário informou que, na semana passada, o Mapa apresentou os novos mapas de estoque de carbono orgânico dos solos brasileiros. O material é uma importante ferramenta para subsidiar políticas públicas relacionadas às mudanças climáticas e à diminuição da emissão dos Gases de Efeito Estufa (GEEs), com gestão eficiente dos recursos naturais.

O presidente da Embrapa, Celso Moretti, destacou a pesquisa da Embrapa Solos, que resultou no lançamento recente dos mapas de carbono orgânico dos solos brasileiros. “Trata-se de mais uma contribuição da ciência para a agricultura brasileira, de fundamental importância para a mitigação das mudanças climáticas. O Brasil ocupa o primeiro lugar entre os 15 países que detêm potencial para estocar carbono em nível global. Investir em estudos do solo é fundamental para a descarbonização da agricultura”, disse.

Os novos mapas permitem identificar áreas degradadas, quando a matéria orgânica não está mais presente e gerar mapas de potencial de sequestro de carbono, entre outras funções. “O Brasil tem 36 bilhões de toneladas de carbono orgânico armazenados em seus solos, o que corresponde a 5% do estoque global. Entender esse processo é parte da solução das mudanças climáticas”, destacou, lembrando que o carbono orgânico no solo contribui para a estruturação física desse recurso natural. Os solos com maior teor de matéria orgânica têm maior capacidade de fertilização e retenção de água, entre outros benefícios. “Os mapas permitem, portanto, também identificar áreas com solos degradados”, acrescentou.

O painel foi mediado pelo secretário-adjunto Clima e Relações Internacionais do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Marcelo Freire.

Recuperação de pastagens

O secretário Fernando Camargo também falou sobre as metas do Plano Setorial de Adaptação e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária, chamado de ABC+, que prevê a adoção de tecnologias sustentáveis em mais de 72 milhões de hectares de áreas degradadas e a mitigação

de 1,1 bilhão de toneladas de CO² equivalente, superando o recorde alcançado pela fase anterior do plano ABC.

A recuperação de mais de 30 milhões de hectares de pastagens degradadas vai possibilitar melhorias na produção agropecuária, além de benefícios ambientais.

“Você recupera a pastagem, pode ter a produtividade maior de produção animal por hectare e fixa o carbono no solo, além de combater a erosão, a perda de qualidade do solo”, disse Camargo.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 04/11/2021



AGÊNCIA SENADO - DF

FERNANDO BEZERRA COELHO PEDE VOTAÇÃO DA BR DO MAR E DA NOVA LEI DO CÂMBIO



O senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) disse que essas matérias são “importantíssimas” para a agenda econômica do Governo Federal Waldemir Barreto/Agência Senado

Em pronunciamento, nesta quarta-feira (3), o senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) informou que, na próxima reunião de líderes do Senado, vai renovar o pedido de apoio para a votação, ainda no mês de novembro, de duas matérias que considera “importantíssimas” para a

agenda econômica do Governo Federal.

Trata-se do projeto de lei (PL 4.199/2020) da BR do Mar, já relatado pelo senador Nelsinho Trad (PSD-MS) , e a nova Lei do Câmbio PL 5387/2019), que tem o senador Carlos Viana (PSD-MG) como relator.

O parlamentar elogiou a capacidade do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, de administrar os conflitos que são próprios de uma casa legislativa com interesses distintos. E, na condição de líder do governo, testemunhou o esforço de Pacheco para evitar a caducidade das Medidas Provisórias, fazendo com que fossem votadas em tempo hábil.

— É evidente que o Governo tem uma agenda própria, gostaria que essa agenda tivesse uma velocidade maior. Mas as resistências muitas vezes se encontram mesmo é pelo conteúdo das matérias que estão sendo debatidas e que estão sendo analisadas aqui no Senado Federal.

Fernando Bezerra também cumprimentou Pacheco pelo esforço concentrado no final de novembro e início de dezembro, que permitirá a análise dos nomes de diversos indicados para agências, embaixadas e tribunais superiores. Nesse sentido, reiterou o pedido da Liderança do Governo de que seja apreciado o nome de André Mendonça para o Supremo Tribunal Federal (STF).

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senad

Fonte: Agência Senado - df

Data: 04/11/2021



ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

TELEFÔNICA BRASIL, TIM E CLARO ARREMATAM PRINCIPAIS LOTES EM LEILÃO 5G

(Por Alberto Alerigi Jr. e Gabriel Araujo)

A Telefônica Brasil ofereceu 420 milhões de reais por bloco de frequência nacional em 3,5 GHz

SÃO PAULO (Reuters) – Telefônica Brasil, TIM e Claro venceram nesta quinta-feira os principais lotes do serviço de 5G no país, no leilão da Agência Nacional de Telecomunicações que garantiu até agora 6,16 bilhões de reais em outorgas.

A Telefônica Brasil ofereceu 420 milhões de reais por bloco de frequência nacional em 3,5 GHz, considerada a principal para serviços 5G. A TIM ofertou 351 milhões por lote na frequência e, a Claro, 338 milhões de reais para ficar levar o seu.

O quarto bloco nacional na frequência de 3,5 GHz ficou sem ofertas, pois 12 outras empresas menores que disputam o leilão não apresentaram propostas e as três operadoras maiores ficaram impedidas de disputá-lo, pois já tinham vencido anteriormente.

Com isso, o bloco B4 foi dividido em partes menores, com as três operadoras – Telefônica Brasil, Claro e TIM – conseguindo espectro adicional para complementar a oferta de 5G, pelo preço mínimo definido no edital, de 80,3 milhões de reais. O quarto sub-bloco acabou ficando sem ofertas.

Apontado por membros do governo como o “maior leilão de frequências” já realizado no país, o certame não tem caráter arrecadatório, segundo seus organizadores, mas trazer bilhões de reais em investimentos nos próximos anos.

O leilão começou com mais de uma hora e meia de atraso devido a uma cerimônia sem distanciamento social, na qual o presidente Jair Bolsonaro discursou sobre temas que incluíram dificuldades na obtenção de licenças para pilotos de jet ski e pesca no lago de Itaipu.

Além da frequência de 3,5 GHz, que permite o chamado “5G puro”, o leilão vendeu também a faixa de 700 MHz nacional, que havia ficado vazia em 2014 e que agora servirá para oferta de serviços 5G e obrigações de cobertura em 4G. A vencedora dessa frequência foi a Winity Telecom, focada em clientes corporativos e controlada pelo Patria Investimentos.

Com isso, a Winity, que ofereceu 1,427 bilhão de reais, ágio de cerca de 805% sobre o preço mínimo, será uma nova operadora nacional de telefonia móvel, concorrendo com Telefônica Brasil, TIM e Claro, afirmaram representantes da Anatel.

A Winity afirmou que investirá 2 bilhões de reais para implantar 5 mil torres de telefonia no país até 2029. Entre as obrigações da empresa, está a implantação de serviços 4G em 35 mil quilômetros de trechos de rodovias hoje sem cobertura.

Nos lotes regionais na frequência de 3,5 GHz a surpresa foi o lance de 1,25 bilhão de reais da Brisanet pelo lote C4, voltado à região Nordeste. A única outra empresa disputando o lote, a Meganet, ofereceu cerca de 9 milhões de reais, o mínimo definido no edital.

O valor de 1,25 bilhão de reais é próximo do levantado pela Brisanet no IPO mais cedo neste ano. A ação da companhia fechou em alta de 1,7% na B3.

A disputa continua com o bloco E, de frequências na faixa de 2,3 GHz, voltada para áreas densamente povoadas, mas que será dividida inicialmente com prestação de serviços 4G.

A Claro obteve quatro dos oito lotes em disputa até agora –E1, E3, E5 e E6, num desembolso de 1,18 bilhão de reais com outorgas. A Brisanet conseguiu o bloco E4 com lance mínimo de 111,8 milhões de reais e a Telefônica ficou com o lote E7 após disputar com a TIM. A oferta da Telefônica Brasil pelo E7 foi de 176,4 milhões de reais, ágio de cerca de 124% segundo a Anatel.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 04/11/2021

PETROBRAS DESMENTE BOLSONARO SOBRE AUMENTO DE COMBUSTÍVEIS

Por Stefano Machado e Agências

Bolsonaro declarou aos jornalistas que a Petrobras vai divulgar um novo reajuste de combustíveis em até 20 dias (Crédito: Agência Brasil/ Alan Santos/PR)



Nesta segunda-feira (1), após reunião do G20, o presidente Jair Bolsonaro declarou aos jornalistas que a Petrobras vai divulgar um novo reajuste de combustíveis em até 20 dias. Apesar da projeção do presidente, a Petrobras desmentiu o chefe do Executivo brasileiro.

Após afirmar a vinda de um novo aumento, ainda em novembro, o presidente voltou a classificar o ICMS como principal vilão do alto preço dos combustíveis.

A política de preços da Petrobras e a sua possível privatização também foram abordados pelo Presidente.

“A prioridade é o preço do combustível. Eu vi muito rapidamente, não quero falar agora, o lucro da Petrobras. A Petrobras é uma estatal e monopolista. A política não deve ser essa”, declarou o Presidente Jair Bolsonaro em coletiva aberta.

Horas depois, no entanto, a Petrobras desmentiu o presidente da República e disse que não antecipa decisões de reajustes de preços de combustíveis. Em comunicado ao mercado, a estatal indicou que não há nenhuma decisão tomada por seu Grupo Executivo de Mercado e Preços (GEMP) que ainda não tenha sido anunciada ao mercado.

Segundo a petroleira, ajustes de preços de produtos são realizados no curso normal de seus negócios e seguem as suas políticas comerciais vigentes.

“A Petrobras reitera seu compromisso com a prática de preços competitivos e em equilíbrio com o mercado, ao mesmo tempo em que evita o repasse imediato das volatilidades externas e da taxa de câmbio causadas por eventos conjunturais”, disse a companhia em nota.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 04/11/2021

CORREÇÃO-LIRA DIZ QUE BANCADAS NÃO MUDARÃO NO 2º TURNO DA PEC DOS PRECATÓRIOS, MOSTRA CONFIANÇA NA APROVAÇÃO

(Reportagem de Ricardo Brito)

BRASÍLIA (Reuters) – O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou nesta quinta-feira que não vê a possibilidade de mudanças bruscas nos votos dados pelas bancadas dos partidos no primeiro turno de votação da PEC dos Precatórios e acredita na aprovação da proposta, na segunda e última etapa de votação, na próxima semana.

Em entrevista coletiva após reunião de líderes, Lira disse que a PEC volta ao plenário da Câmara às 9h da próxima terça-feira, começando com análise dos destaques, para a conclusão do primeiro turno, e depois com a segunda rodada de votação.



Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira

(Corrige 3º parágrafo para 456 presentes, em lugar de 466)

O presidente da Câmara disse que não espera um placar apertado na próxima etapa –no primeiro turno foram 312 votos a favor da PEC, pouco acima do mínimo necessário de 308 votos– porque na votação encerrada nesta madrugada do primeiro turno houve 456 presentes dentre os 513 deputados. Ele disse esperar uma maior presença de votantes na semana que vem.

“A PEC não vai ser enterrada, não vou falar sobre conjecturas”, assegurou ele, após ter sido questionado sobre se haveria um plano B para a proposta, tida como fundamental para viabilizar o substituto do Bolsa Família, o Auxílio Brasil de 400 reais por mês.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 04/11/2021

AZUL LANÇA VOO DIRETO ENTRE CONGONHAS E FERNANDO DE NORONHA COM EMBRAER E2



Azul informou nesta quarta-feira que, a partir do próximo dia 20 de dezembro, lançará uma rota inédita ligando Congonhas (SP) à ilha de Fernando de Noronha (Crédito: Azul/Divulgação)

A Azul informou nesta quarta-feira que, a partir do próximo dia 20 de dezembro, lançará uma rota inédita ligando Congonhas (SP) à ilha de Fernando de Noronha. Com partidas diárias e operando de forma regular, o voo será feito com o Embraer E2, maior aeronave comercial produzida no Brasil, com capacidade para até 134 clientes e equipada com TV SKY ao vivo e internet WI-FI totalmente gratuitas. “A Ilha de Fernando de Noronha é um dos lugares mais paradisíacos e desejados por viajantes do Brasil e do mundo”, afirma em comunicado o gerente de Planejamento de Malha da aérea da empresa, Vitor Silva. “Essa rota faz parte do plano da Azul de tornar o Brasil cada vez mais conectado”, acrescenta.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 04/11/2021



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

NUCLEAR, EÓLICA OFFSHORE, HIDROGÊNIO E TÉRMICAS: AS APOSTAS DE BENTO ALBUQUERQUE NA COP26

Por epbr - 4 de novembro de 2021 - Em Comece seu Dia, Newsletter

Contato da redação

epbr@epbr.com.br



● AO VIVO COP26 | A partir das 18h, live comandada por Gabriel Chiappini repercute todos os acontecimentos do dia na Cúpula do Clima da ONU. Inscreva-se: <https://bit.ly/3tPKAKK>

em jogo

Em entrevista exclusiva à epbr nessa quarta (3/11), em Glasgow, na Escócia, onde participa da COP26, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse que confia que será possível contratar novas usinas nucleares a partir de leilões de energia no curto prazo, com a construção privada de novos projetos.

— “Estimamos, para os próximos 30 anos, uma expansão de até 10 GW em fonte nuclear. Sempre com o setor privado construindo”, afirmou ele.

— O cronograma ainda é incerto, mas o aumento do parque termonuclear brasileiro vai entrar na revisão do Plano Decenal de Energia (PDE) 2031, que deve ser aprovado em fevereiro de 2022.

— “É possível que haja leilões para nuclear a partir de 2023, 2024, 2025... Mas já entra no plano de geração e transmissão”, explicou Albuquerque.

— O ministro ainda mencionou a inclusão de eólicas offshore no próximo PDE. “No próximo plano decenal [PDE 2031], que deverá ser apresentado em fevereiro de 2022, estarão as eólicas offshore, como estará também a geração nuclear”.

— Albuquerque acredita que já será possível incluir a contratação de parques eólicos offshore a partir do próximo ano nos leilões de energia. Embora a regulamentação para a implementação de eólicas offshore ainda não esteja definida e não seja consenso a necessidade de leilões para contratar essa fonte.

— Outro tema da agenda do governo é o hidrogênio. No início de 2022, o MME deve apresentar a Estratégia Nacional do Hidrogênio, desdobramento das diretrizes publicadas este ano.

— Alguns projetos em desenvolvimento nos portos brasileiros miram, inclusive, a oferta de energia eólica offshore com a eletrólise da água para produção de hidrogênio verde.

— “Vamos criar as condições para que esses tipos de empreendimentos possam se realizar com toda a segurança jurídica e regulatória”, disse o ministro.

— Quanto à expansão da geração termelétrica, que vem sendo criticada por ambientalistas, Albuquerque disse que a energia termelétrica é necessária para a segurança energética do país e que sua expansão não significa “sujar” a matriz.

— “Elas [termelétricas] são para ser utilizadas. Isso significa reserva de capacidade. Não são utilizadas 365 dias por ano, 24h por dia. Quando não tem vento, não tem sol, não tem água, tem que usar termelétricas para ter segurança”, defendeu.

— O governo brasileiro anunciou o objetivo de alcançar participação entre 45% e 50% de energias renováveis na matriz energética em 2030. O ministro afirmou nessa quarta (3/11) que o país chegará a 2030 com metade da sua matriz energética limpa.

— Entretanto, a meta anunciada em documentos do Ministério do Meio Ambiente aponta margem para redução de renováveis na matriz.

COP26 Para uma plateia de quatro pessoas, além de transmissão online, representantes do governo brasileiro apresentaram na COP26 nessa quarta (3/11) resultados do projeto Siderurgia Sustentável, que utiliza carvão verde para reduzir emissões na produção de aço.

— Usando recursos do fundo global para o meio ambiente (GEF), o projeto teve início em 2014 com o objetivo de reduzir emissões no setor de siderurgia no Brasil, já que o aço brasileiro responde por mais de 3% das emissões de carbono do país.

— Abrangendo seis projetos, o Siderurgia Sustentável foi responsável pela redução de emissões de 111.218 toneladas de CO2 por ano, ante uma meta inicial de redução de 21.600 tCO2.

— Além de trazer um tema controverso, já que muitos ambientalistas questionam o uso do termo “carvão limpo”, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) escolheu apresentar um projeto com data para terminar já no fim deste ano, após cinco anos de duração.

- **Nova meta de financiamento** Os anúncios de metas nacionais e a política oficial na COP26 indicam que a meta de levantar US\$ 100 bilhões anuais para ajudar países em desenvolvimento a combater as mudanças climáticas não deve ser atingida este ano.

— Segundo o presidente da COP26, Alok Sharma, análises preliminares mostram que os países desenvolvidos farão um “progresso significativo” em relação à meta de US\$ 100 bilhões em 2022, para que seja integralmente atingida no ano seguinte.

— Como diversos países ainda estão anunciando suas contribuições, Sharma acredita que isso permitirá à COP26 lançar as discussões para uma nova meta global que substitua a meta de US\$ 100 bilhões a partir de 2025.

— A meta de US\$ 100 bilhões anuais foi estabelecida por ocasião do Acordo de Paris, em 2015, e até hoje os países desenvolvidos não conseguiram atingir este volume de recursos, já que cada país decide com quanto vai contribuir.

- **Brasil precisa recuperar credibilidade** Para atrair financiamento verde, o Brasil precisa recuperar sua credibilidade no mercado internacional, afetada pelo desmantelamento de políticas ambientais.

— A análise foi feita pela advogada Natascha Trennepohl, sócia do escritório Trennepohl Advogados e doutoranda na Humboldt-Universität zu Berlin, na Alemanha, e pelo gerente de Projetos Especiais do Impact Bank, Pedro Tufic, na live Estratégia ESG – De olho na COP26, promovida pela agência epbr e pela Alter Conteúdo.

Bolsonaro volta a atacar Petrobras e ICMS O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) voltou a criticar nessa quarta (3/11) a política de Preço de Paridade de Importação (PPI) adotada pela Petrobras para reajustar os combustíveis. Bolsonaro afirmou estar “jogando pesado” sobre o tema, mas novamente disse que não pode fazer nada para impedir a escalada de preços, informa o Valor.

— “A Petrobras se aparelhou com legislação para se autoprotoger, o preço por paridade internacional é lei de 2016, se não me engano”, disse Bolsonaro a apoiadores, em frente ao Palácio da Alvorada. “Se interferir [na Petrobras], respondo civil e criminalmente”.

— A adoção do PPI, ao contrário do que diz Bolsonaro, não está amparada em lei. Foi implementado pelo então presidente da companhia, Pedro Parente, em 2016, no governo de Michel Temer – que também já foi criticado por Bolsonaro.

— Continuando seus ataques aos governadores, o presidente repetiu ainda que o “grande vilão” dos preços é a cobrança de ICMS pelos estados. Projeto de lei que altera a base de cálculo do imposto foi aprovado na Câmara dos Deputados e segue em debate no Senado, onde vem encontrando resistências.

— Em paralelo, os governadores decidiram congelar o preço de incidência do ICMS dos combustíveis por 90 dias, de 1º de novembro de 2021 a 31 de janeiro de 2022. A decisão foi aprovada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

— Em entrevista à Bloomberg TV, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse que o governo não pretende subsidiar os preços dos combustíveis, mesmo com os reajustes que têm pressionado a inflação e gerado reação popular.

— Uma saída, segundo ele, seria reduzir impostos e criar programas de compensação para amenizar o impacto do aumento dos preços da gasolina e do diesel.

— “Temos que administrar isso usando impostos. Não podemos reduzir o preço das commodities. É impossível. Não queremos subsidiar os combustíveis fósseis.”

STF proíbe caminhoneiros de bloquear estradas Em greve desde segunda (1/11) em protesto contra os preços do óleo diesel, os caminhoneiros sofreram outro revés na tentativa de ampliar a mobilização, que tem baixa adesão. O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF) revogou sentença do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) que autorizava o bloqueio de estradas federais por motoristas grevistas. Com isso, a ocupação e obstrução de rodovias voltam a ficar proibidas, informa a Folha de S. Paulo.

— No sábado (30/10), a Justiça Federal proibiu o bloqueio de estradas em diversos estados, com multas entre R\$ 5 mil a R\$ 1 milhão para quem descumprisse a ordem. Foram 29 liminares concedidas em favor da União e de concessionárias de estradas com o objetivo de impedir manifestações da paralisação de caminhoneiros.

— Na terça (2/11), a desembargadora federal Ângela Catão derrubou 11 liminares que proibiam a categoria de se manifestar nas vias. Ela atendeu a uma solicitação da Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores (Abrava), mas sem considerar o mérito das paralisações.

— A decisão de Catão, porém, foi revogada por Fux, a pedido da Advocacia Geral da União (AGU).

— Lideranças culpam as decisões judiciais como causa da baixa adesão da categoria.

Energia mais cara tira R\$ 22,4 bilhões do PIB, aponta a CNI Estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) aponta que o custo mais alto da energia elétrica resultará em perda de R\$ 8,2 bilhões no PIB neste ano a preços de 2020 em comparação com o que ocorreria sem a crise energética. Equivale a uma variação negativa de 0,11%.

— Para 2022, a CNI calcula que o impacto deve ser de R\$ 14,2 bilhões a preços de 2020, ou impacto negativo de 0,19%.

— O consumo das famílias verá redução de R\$ 7 bilhões neste ano, a preços de 2020, como consequência da pressão dos custos de energia, variação negativa de 0,15%. Para o ano que vem, o efeito será de R\$ 12,1 bilhões a preços de 2020, ou queda de 0,26%.

— A entidade prevê perda de 166 mil empregos no final deste ano em relação à quantidade de pessoas ocupadas entre abril e junho de 2021 em consequência dos impactos diretos e indiretos do aumento de custos. Em 2022, serão afetados 290 mil empregos. Reuters

Inovação em óleo e gás A Schlumberger lançou a primeira edição do Programa de Inovação Aberta SLB Conecta, em parceria com a plataforma de transformação de negócios EloGroup. A companhia anunciou aporte de R\$ 2 milhões para o projeto.



— O objetivo do programa é selecionar startups, empresas inovadoras ou institutos de pesquisa capazes de solucionar desafios inerentes à cadeia de óleo e gás, em três categorias: descarbonização, operação remota e gestão de talentos.

— As inscrições vão até 19 de novembro, no site oficial do programa. As startups selecionadas para o pitch day serão informadas até o dia 29 de novembro. Serão apenas quatro semanas entre o deadline de inscrição e o pitch day.

Unigel inaugura unidade em Camaçari A antiga Fábrica de Fertilizantes do Nordeste (Fafen) foi reaberta nessa quarta (3/11), no Polo Industrial de Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador (BA).

— Em 2020, a unidade foi adquirida pelo Grupo Unigel e recebeu cerca de R\$ 95 milhões em investimentos, gerando 500 empregos diretos e indiretos.

— Além da Fafen Bahia, a empresa também arrendou a unidade da Fafen de Sergipe. Juntas, as duas plantas terão capacidade de produzir 925 mil toneladas de amônia, 1,125 milhão de toneladas de ureia e 320 mil toneladas de sulfato de amônio. G1

Brasil supera a marca de 180 GW instalados Com a entrada em operação comercial de 278,3 MW do complexo fotovoltaico Alex, em Tabuleiro do Norte e Limoeiro do Norte, no Ceará, o Brasil ultrapassou no último sábado (30/10) os 180 gigawatts de potência para geração de energia elétrica, segundo informações da Aneel.

— Outra marca expressiva foi atingida pela energia solar, que superou os 4 GW de potência instalada em usinas de geração centralizada no país. Somados aos 7,3 GW de capacidade instalada de geração distribuída, a fonte solar alcançou 11,3 GW.

— Do total de empreendimentos de geração em operação, 82,73% são movidos por fontes renováveis. São mais de 60% de centrais geradoras hidrelétricas, pequenas centrais hidrelétricas e hidrelétricas. Outros 10,98% são provenientes de usinas eólicas.

Estoques dos EUA derrubam petróleo Os futuros de petróleo fecharam em forte baixa nessa quarta (3/11), após a divulgação de estoques semanais acima do esperado nos EUA. Além disso, o mercado segue observando as pressões americanas junto à Opep+, que se reúne hoje (4/11) para decidir sobre o aumento da produção.

— O Brent para janeiro de 2022 caiu 3,22% (US\$ 2,73), a US\$ 81,99 por barril, enquanto o WTI com entrega prevista para dezembro fechou em queda de 3,63% (US\$ 3,05), a US\$ 80,86 por barril.

— Os estoques de petróleo nos EUA avançaram 3,29 milhões de barris, a 434,102 milhões de barris, na semana encerrada em 29 de outubro, informou o Departamento de Energia (DoE). Analistas ouvidos pelo Wall Street Journal previam alta bem menor, de 1,5 milhão de barris. Estadão

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 04/11/2021

DIÁRIOS DA COP26: CARVÃO NA MIRA, OPEP+ “GOLPEADA” E CONSÓRCIO DE GOVERNADORES

Por Nayara Machado - 4 de novembro de 2021 - Em Agendas da COP26, Diálogos da Transição, Transição energética

Editada por Nayara Machado
nayara.machado@epbr.com.br

Mais de 40 países assumiram novos compromissos hoje (4) para eliminar a energia a carvão, incluindo Canadá, Chile, Cingapura, Coreia do Sul, Egito, Espanha, Nepal, Polônia, Vietnã e Ucrânia.

Dedicado ao tema energia, o quinto dia da Conferência do Clima em Glasgow foi marcado também pelo compromisso dos principais bancos internacionais de encerrar efetivamente todo o financiamento público internacional de novas usinas de carvão até o final de 2021. Veja o comunicado na íntegra

Brasil, Estados Unidos, Austrália, China e Índia não assinam o acordo, e o plano fica aquém da ambição inicial da presidência da COP26, analisa a Bloomberg.

Sob o pacto, as nações pretendem interromper o uso da geração de energia a carvão nas décadas de 2030 e 2040 e concordaram em encerrar os investimentos no setor tanto no mercado interno quanto no exterior.

Também nesta quinta (4), o think tank Carbon Tracker lançou o Levantamento de Riscos de Carvão, mostrando que os mercados financeiros mundiais estão expostos a US\$ 121 bilhões de risco de encalhe.

Isso se o mundo tomar medidas para atingir as metas de temperatura estabelecidas no Acordo de Paris.

O relatório avisa investidores que as empresas listadas que ainda planejam construir uma nova capacidade de carvão estão fazendo “uma aposta muito arriscada”.

Além do carvão, um grupo de 25 países, incluindo Itália, Canadá, Estados Unidos e Dinamarca, juntamente com instituições financeiras públicas, assinaram uma declaração conjunta liderada pelo Reino Unido se comprometendo a encerrar o apoio público internacional para combustíveis fósseis até o final de 2022.

A prioridade deve ser o apoio à transição para energia limpa.

Potencialmente, pode deslocar para a transição com energia limpa cerca de US\$ 17,8 bilhões por ano em apoio público que antes iria para os fósseis.

A declaração reúne os chamados campeões do clima, incluindo a maior economia do mundo, os EUA:

- OCDE: Canadá, Costa Rica, Dinamarca, Finlândia, Nova Zelândia, Portugal, Eslovênia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos.
- Fora da OCDE: Etiópia, Fiji, Mali, Ilhas Marshall, Moldávia, Sudão do Sul, Gâmbia, Zâmbia.
- Instituições financeiras públicas: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG, Brasil), Banco de Desenvolvimento da África Oriental (EADB), Banco Europeu de Investimento (EIB), Financierings-Maatschappij voor Ontwikkelingslanden NV (FMO) e Agence Française de Développement (AFD).



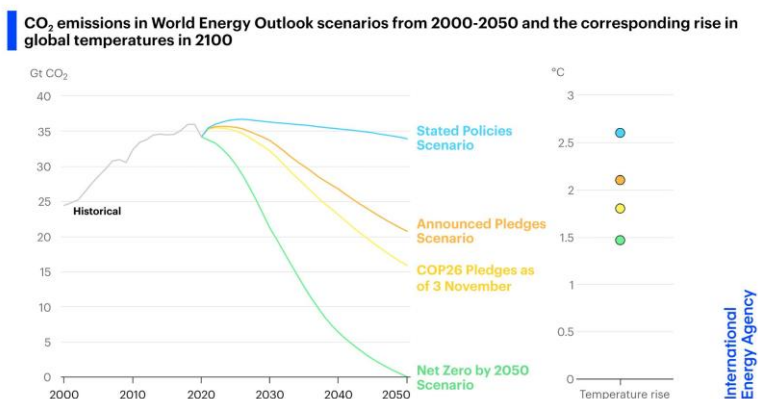
Imagem de Анатолий Стафичук por Pixabay

Uma nova análise da Agência Internacional de Energia (IEA, sigla em inglês) mostra que, se todas as promessas climáticas anunciadas até o momento forem cumpridas na íntegra e no prazo, elas serão suficientes para conter o aumento das temperaturas globais para 1,8 °C até 2100.

Um pouco abaixo dos 2°C acordado em Paris, mas ainda acima do 1,5 °C indicado por cientistas como o necessário.

“Este é um grande passo em frente, mas muito mais é necessário”, diz Fatih Birol, diretor executivo da IEA.

Segundo o executivo, as metas climáticas mais elevadas são promissoras, mas as promessas devem ser totalmente implementadas a tempo.



Emissões de CO₂ em cenários do World Energy Outlook ao longo do tempo, 2000-2050. Elaboração IEA

Enquanto isso... A coalizão OPEP+ decidiu manter a trajetória de aumento da produção de óleo, frustrando a demanda de países consumidores, especialmente dos EUA, que cobram, especialmente da Arábia Saudita, um aumento da oferta para conter a inflação global.

O recado da Arábia Saudita é que a indústria de óleo está sendo golpeada e precisa de sinais claros para planejar investimentos futuros. E mais: a culpa não é do óleo, mas do gás natural — recado para os países europeus que enfrentam um choque de oferta e demanda.

A Casa Branca de Joe Biden, eleito com a promessa de acelerar a descarbonização da economia dos EUA, diz que a OPEP está “ameaçando” a recuperação da economia global pós-pandemia ao se recusar a entregar mais óleo ao mercado internacional. Os preços do Brent subiram quase 60% este ano.

Ainda sobre a transição do carvão

O Brasil não assinou o acordo nesta quinta (4) e o governo de Jair Bolsonaro já deu sinais claros de sua simpatia pela fonte fóssil.

Em agosto, no mesmo dia em que o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas acendeu o alerta vermelho para os combustíveis fósseis, o Ministério de Minas e Energia (MME) lançou o Programa Para Uso Sustentável do Carvão Mineral Nacional.

Partindo do princípio que a última janela para o carvão está prestes a fechar, o governo brasileiro tenta estimular a expansão do setor, com inclusão do carvão no Repetro e no Reif, regimes fiscais do setor de petróleo e de fertilizantes, respectivamente.

Além de uma série de outras medidas regulatórias e financeiras para viabilizar a construção de novas usinas, incluindo crédito e destinação de recursos de P&D.

Paralelamente, governadores buscam saídas para a atividade, concentrada no Sul do país.



Santa Catarina, por exemplo, tem um plano de transição justa. Já o Rio Grande do Sul está de olho no hidrogênio.

“Precisamos oferecer alternativas. Sem alternativa econômica, a simples contestação não será politicamente sustentável”, comenta Eduardo Leite, governador do Rio Grande do Sul, estado que concentra 88% das reservas de carvão mineral do Brasil.

Ele participou nesta quinta de debate sobre carvão e desafios da transição justa no Sul do Brasil promovido pelo Brazil Climate Action Hub, espaço da sociedade civil na COP26.

“Um dos projetos que mais estamos tratando aqui na COP é a possibilidade de geração de hidrogênio verde no Rio Grande do Sul a partir do que nós temos de capacidade instalada de energia eólica e estrutura portuária”, diz Eduardo.

...Por falar em governadores

A iniciativa Governadores pelo Clima (GPC), articulada pelo Centro Brasil no Clima (CBC), lançou hoje, em Glasgow, o Consórcio Brasil Verde.

Participaram Renato Casagrande (Espírito Santo), Eduardo Leite (Rio Grande do Sul), Mauro Mendes (Mato Grosso) e, por vídeo, Fátima Bezerra (Rio Grande do Norte).

Também foi aprovado um fundo único de investimentos para captação de recursos de financiamento climático e incentivo à geração de energias renováveis.

“A partir do lançamento do Consórcio Brasil Verde, nós temos possibilidades reais de receber financiamentos para as políticas que vêm sendo adotadas nos estados. Lembrando que as mudanças climáticas estão aí e seus efeitos são mais graves para os mais pobres”, disse Renato Casagrande, governador do Espírito Santo, em nota.

Em abril, o GPC enviou uma carta ao presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, propondo o desenvolvimento de um pacto que crie “a maior economia de descarbonização do planeta”.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 04/11/2021

OITO HABILITADAS NO LEILÃO DA CESSÃO ONEROSA

Por epbr - 4 de novembro de 2021 - Em Petróleo e gás, Política energética, Rodadas

A Comissão Especial de Licitações da ANP habilitou Chevron, Enauta, Equinor, ExxonMobil, Petrogal, Petronas, TotalEnergies e Ecopetrol para disputar a 2ª Rodada de Licitações dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa, que acontece em 17 de dezembro. A concorrência vai ofertar as áreas de Sépia e Atupu, no pré-sal da Bacia de Santos.

A Ecopetrol foi a única empresa habilitada como não operadora.

Ainda existem empresas com a habilitação em análise pela ANP.

Atapu e Sépia foram licitadas em 2019, mas não despertaram interesse da Petrobras e outras empresas inscritas no leilão daquele ano. Para concorrência de dezembro, a estatal já garantiu o direito de contratar, ao menos, 30% dos reservatórios.

O governo tomou algumas medidas para tentar garantir mais atratividade ao leilão. Reduziu, por exemplo, o valor do bônus de assinatura e também a parcela de óleo que a União vai reter da produção prevista para os campos.

O campo de Sépia terá bônus de assinatura de R\$ 7,138 bilhões e alíquota de partilha de 15,02%. Já Atapu terá bônus de assinatura de R\$ 4,002 bilhões e alíquota de partilha de 5,89%.

Em comparação com a primeira tentativa de licitar as reservas, em 2019, os valores de bônus caíram cerca de 70%. Sépia foi ofertada com bônus R\$ 22,9 bilhões e percentual mínimo de excedente de 27,88%; Atapu teve bônus de R\$ 13,7 bilhões e percentual mínimo de 26,23%.

Resultados econômicos não convincentes

Nesta quarta-feira (3/11), a Wood Mackenzie divulgou um relatório mostrando que, apesar das melhores condições de licitação, os resultados econômicos dos campos de Atapu e Sépia ainda não são convincentes.

“Em um cenário de preço Brent de \$35 por barril, estimamos a taxa interna de retorno (TIR) de Atapu pouco acima de 10%, enquanto Sepia falha em fornecer retornos de dois dígitos. E isso pressupõe lances vencedores com a participação governamental mínima nos lucros”, comenta Luiz Hayum, do time de pesquisa da Wood Mackenzie para a América Latina.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 04/11/2021



JORNAL O GLOBO – RJ

LEILÃO DO 5G: BRISANET PAGA ÁGIO DE 13.741,71%, E PAÍS GANHA NOVA OPERADORA VOLTADA APENAS PARA O NORDESTE

Empresa pagou R\$ 1,2 bilhão e terá que oferecer a tecnologia em municípios com menos de 30 mil habitantes

Por Manoel Ventura



O Ministro das Comunicações, Fabio Faria, na abertura do leilão do 5G Foto: Reprodução

BRASÍLIA — O maior ágio do leilão 5G até agora ocorreu em um bloco regional na faixa 3,5 GHz. Essa faixa é a considerada a mais importante do leilão e teve as principais operadoras como vitoriosas dos blocos nacionais. No bloco dedicado a atender a região Nordeste, porém, quem ganhou foi a Brisanet, que pagará R\$ 1,2 bilhão. O ágio é gigantesco: 13.741,71% acima do preço mínimo.

Nos blocos regionais da faixa 3,5 GHz, as empresas devem oferecer 5G em municípios com menos de 30 mil habitantes e infraestrutura de fibra óptica em municípios.

A Brisanet diz ser a maior empresa entre os provedores independentes de serviços de internet no Brasil na tecnologia de fibra óptica. A empresa é sediada em Pereiro (CE) e explora o serviço em regiões tipicamente menos exploradas pelas grandes operadoras de telecom, no o interior da região do Nordeste do país.

Com isso, o país terá uma nova operadora de rede móvel voltada apenas para o Nordeste.

— Temos uma nova prestadora de serviço móvel pessoal — disse o presidente do leilão.

A Brisanet também venceu o lote de 3,5 GHz dedicado à região Centro-Oeste (exceto setores de Goiás e Mato Grosso do Sul), pagando um valor de R\$ 105 milhões — isso representa um ágio de 4.054,27% em relação ao preço mínimo.

Região Sudeste

A Cloud2U Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos venceu o bloco regional de 3,5 GHz nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais (exceto Triângulo Mineiro).

A empresa, que ofereceu R\$ 405 milhões, um ágio de 6.266,25%, será uma nova prestadora de serviço para a região e tem por trás as fabricantes brasileiras de equipamentos para redes Greatek e Skytech, com plantas em Ilhéus, Extrema e Manaus.

Região Norte

No lote de 80 MHz nessa faixa, dedicado para prestação de serviços apenas para a região Norte, não houve interessados.

A Sercomtel aceitou pagar R\$ 82 milhões — ágio de 719% — para o bloco que vai oferecer internet na região Norte e em grande parte do estado de São Paulo, que passarão a ter uma nova operadora de telefonia.

A empresa sediada em Londrina (PR) opera telefonia fixa e celular, GSM e 3G, além de longa distância pelo código e banda larga. Neste ano, a Anatel autorizou a Sercomtel a operar em todo o país.

Região Sul

Para a prestação de serviço na região Sul do país, venceu a disputa o Consórcio 5G Sul, que pagará R\$ 73 milhões pela faixa. A proponente venceu o leilão após uma longa troca de ofertas entre ela e a Mega Net Provedor de Internet.

Com a entrada do Consórcio 5G Sul, a região do país tem uma nova prestadora de telefonia móvel.

O consórcio é uma união entre a Copel (Paraná) e Unifique (Santa Catarina e Rio Grande do Sul) para competir por lotes no leilão. A Copel integra o grupo econômico da Sercomtel, mas tem foco em banda larga fixa por fibra, enquanto a Sercomtel é concessionária de telefonia fixa e de telefonia móvel.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 04/11/2021

POSTOS VÃO MUDAR FORMA DE EXIBIÇÃO DOS PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS, QUE TERÃO APENAS DUAS CASAS DECIMAIS

ANP regulamenta também delivery de gasolina e etanol, que só pode ser feito no mesmo município do revendedor, e infidelidade a bandeiras

O Globo



Tabela de posto de combustíveis na Lagoa, na Zona Sul do Rio Foto: Fábio Rossi / Agência O Globo/26-10-2021

SÃO PAULO - Ainda que o preço da gasolina continue nas alturas, os motoristas que chegarem ao posto de combustíveis passarão a ver menos números nas tabelas de preços e nos visores das bombas.

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e

Biocombustíveis (ANP) aprovou nesta quinta-feira uma resolução que determina que os preços dos combustíveis deverão ser apresentados ao consumidor pelos postos com apenas duas casas decimais, em vez de três.

Também regulamenta a atividade de delivery de combustíveis no país. O texto ainda cria regras para que postos com bandeira deixem claro ao consumidor final quando fornecerem combustível de outro distribuidor. A possibilidade de burlar a fidelidade à bandeira foi introduzida por Medida Provisória em agosto deste ano.

As medidas aprovadas, segundo a agência reguladora, têm sido discutidas desde o início da greve dos caminhoneiros de 2018 e teriam o objetivo de garantir o abastecimento e aumentar a eficiência do mercado.

Pela norma, a entrega de combustíveis poderá ser feita apenas para entrega de etanol e gasolina 'tipo C' (a comum vendida em postos de gasolina). O fornecimento precisa se dar no mesmo município em que o revendedor é autorizado a operar.

Para poder oferecer o serviço de entregas, um determinado posto de gasolina precisará estar em dia com o Programa de Monitoramento da Qualidade da ANP.

A nova resolução também obriga os postos a mostrarem os preços dos combustíveis com duas casas decimais nos painéis e nas bombas medidoras dos postos (e não mais em três casas, como atualmente). A medida entra em vigor 180 dias após a publicação da resolução.

A norma ainda determina que o revendedor informe em cada bomba medidora, "de forma destacada e de fácil visualização, o CNPJ, a razão social ou o nome fantasia do distribuidor fornecedor do respectivo combustível automotivo".

No caso de postos com bandeira e que comercializem produtos de outros distribuidores, será preciso exibir, na identificação do combustível, o nome fantasia dos fornecedores. O setor de distribuidores tem criticado a medida, sob o argumento de que a flexibilização da fidelidade à bandeira pode confundir os consumidores.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 04/11/2021

MINISTRO DO TCU DEFENDE 'PACTO' PARA 'GASTAR UM POUCO MAIS' PELOS PRÓXIMOS ANOS

Augusto Nardes elogiou aprovação da PEC dos Precatórios e afirmou que país precisa combater miséria e retomar crescimento

Por Daniel Gullino



O ministro Augusto Nardes, do TCU, durante fórum organizado pelo tribunal. Foto: Reprodução/Youtube

ou cinco anos.

BRASÍLIA — O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes, afirmou nesta quinta-feira que sugeriu aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), um "pacto" para "gastar um pouco mais" durante os próximos três

Para Nardes, essa medida seria necessária para retomar o crescimento e combater a miséria.

— Vamos gastar menos e deixar a miséria acontecer e continuar acontecendo e as pessoas morrerem de fome? Ou vamos fazer um pacto pela nação? — indagou Nardes, durante fórum organizado pelo tribunal.

Ele continuou:

— Eu estive com o presidente do Senado e da Câmara na semana passada e propus que seja feito um pacto pela nação de três a cinco anos para a gente poder gastar um pouco mais. E quem está falando é alguém do controle. Eu estou falando por mim, não pelos ministros do TCU, para que a gente possa retomar o crescimento.

O ministro elogiou a aprovação pela Câmara, em primeiro turno, da PEC dos Precatórios, que muda o teto de gastos e abre caminho para pagar o Auxílio Brasil de R\$ 400 em 2022, ano eleitoral.

Para Nardes, o país deve gastar mais em programas sociais.

— Acho que a decisão de ontem liberando R\$ 90 bilhões, depois a questão dos precatórios, vai dar para manter o auxílio emergencial. Eu acho, comparando com outras nações, que nós tínhamos que gastar mais neste auxílio social e emergencial para tirar a população da miséria, da fome e assim termos capacidade de investimento maior.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 04/11/2021

PEC DOS PRECATÓRIOS É APROVADA EM 1º TURNO NA CÂMARA E MUDA TETO DE GASTOS PARA VIABILIZAR AUXÍLIO BRASIL EM ANO ELEITORAL

Após um dia de muita negociação, Lira consegue avançar no projeto prioritário para o governo com margem apertada. Segundo turno pode ocorrer entre hoje e terça-feira

Por Bruno Góes, Geralda Doca e Evandro Éboli

BRASÍLIA - Após um dia de muita negociação e alterações do texto, o governo conseguiu aprovar, em primeiro turno, o texto principal da PEC dos Precatórios. O projeto é considerado o mais importante para o governo, por abrir caminho para o Auxílio Brasil de R\$ 400, válido até o fim de 2022 e por mudar o teto de gastos, a regra fiscal que limita despesas públicas. A proposta é vista como vitrine eleitoral de Jair Bolsonaro.

A vitória só ocorreu depois que o governo e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) lançaram mão de uma ampla estratégia de negociação ontem. Parte desta atuação foi duramente criticada pela oposição, que acusou Lira de ter manobrado para aprovar o texto.

O placar foi apertado. Votaram a favor da PEC 312 deputados – o mínimo para aprovar uma mudança na Constituição são 308 votos – e contra a proposta 144 parlamentares. Os destaques ao texto e o segundo turno da votação devem ficar para hoje, ainda, ou até terça-feira, segundo anunciou o presidente da Casa.

Depois, se aprovado, o texto seguirá para o Senado, onde precisa do voto de 54 dos 81 senadores, novamente em dois turnos.

Pressão do cronograma

O dia foi marcado pelas incertezas. Na votação que precedeu à análise da PEC, sobre a retirada ou não da proposta da ordem do dia da Câmara, o governo obteve 307 votos, um a menos que o necessário para aprovar a PEC.

Com a pressão do cronograma para colocar o novo programa social em marcha em ano de eleição, o jeito foi acenar com iniciativas para mobilizar governadores, prefeitos e até permitir votos de deputados do exterior.

Lira indicou aos governadores que pode votar logo a PEC, já aprovada no Senado, que garante o perdão aos estados que não destinaram o mínimo legal para a educação em 2020.

Além disso, o presidente da Câmara fechou um acordo para garantir que os R\$ 17,5 bilhões dos precatórios do Fundef, ligados à educação, sejam quitados em três anos. Sem isso, os estados e municípios não teriam a previsão do recebimento destes recursos dentro das novas regras dos precatórios.

Para angariar apoio, também devem ser ampliadas emendas parlamentares de 2022, até então estimadas em R\$ 16 bilhões. O que está em jogo com a PEC é a criação de uma margem de R\$ 96,1 bilhões no Orçamento do próximo ano.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 04/11/2021

LEILÃO DO 5G AO VIVO: CLARO, TIM E VIVO SÃO AS VENCEDORAS NOS LOTES MAIS IMPORTANTES

Grandes empresas levam os blocos da principal faixa, de 3,5 GHz. Novos 'players' entram em operações regionais e em faixa menos relevante

Por Manoel Ventura, Gabriel Shinohara, Bruno Rosa e Fernanda Trisotto



O leilão do 5G será dia 4 de novembro
Foto: Arquivo

BRASÍLIA — As três maiores operadoras de telefonia do país - Claro, Vivo e Tim - levaram os lotes mais importantes no leilão da tecnologia 5G e oferecerão a próxima geração de telefonia celular e internet móvel em todas as capitais até o próximo ano. As empresas arremataram os blocos nacionais na mais importante faixa do certame, a de 3,5 GHz.

Com o leilão, o Brasil ganha ainda novos players em redes móveis, três regionais e um nacional, a Winity, que vai operar uma outra faixa de serviços, não disputada pelas gigantes do setor.

O certame realizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) teve início na manhã desta quinta-feira e ainda não foi concluído. São várias faixas e vários lotes, e o leilão poderá se estender até amanhã. O governo prevê arrecadar até R\$ 50 bilhões, valor que inclui outorgas e obrigações de investimentos.

As empresas vencedoras do lote de 3,5 GHz deverão oferecer 5G em municípios com mais de 30 mil habitantes, backhaul (infraestrutura) de fibra óptica em municípios, compromissos associados à migração de recepção de TV por antenas parabólicas e a implementação da rede privativa do governo.

A faixa de 3,5 GHz é considerada a porta de entrada do 5G, por isso é a faixa de maior interesse. Há blocos nacionais e regionais.

Acompanhe ao vivo:



A Claro levou o primeiro lote nacional no "filé mignon" do 3,5 GHz, pagando R\$ 338 milhões e um ágio de 5,18%. A Telefônica, dona da marca Vivo, levou o segundo lote, a um preço de R\$ 420 milhões e ágio de 30,69% em relação ao valor mínimo. Já a Tim pagou R\$ 351 milhões e ágio de 9,22% pelo seu lote.

Havia ainda um quarto lote nacional nessa faixa principal, que não recebeu ofertas. Seguindo as regras do leilão, este lote foi redividido em quatro blocos. E, de novo, os vencedores foram as três grandes: Claro, Tim e Vivo, pagando R\$ 80,3 milhões cada por um "mini lote". O quarto "pedaço" não recebeu propostas.

Além da faixa de 3,5 GHz, estão sendo oferecidas as faixas de 700 Mhz, 2,3 GHz e 26 GHz com abrangência nacional, mas com outros tipos de ofertas de serviços.

Novas operadoras

Nos blocos regionais, também nessa faixa mais importante de 3,5 GHz, três empresas que já atuam no setor de equipamentos ou internet com fibra óptica fizeram lances e, agora, passarão a atuar também em rede móvel. Brisanet, Cloud2U e um consórcio entre Copel e Unifiquê são as estreantes.

A cearense Brisanet levou os lotes dedicados ao Nordeste e à região que contempla o Centro-Oeste com exceção de alguns setores de Goiás e Mato Grosso do Sul.

Com sede em Pereiro, no Ceará, a Brisanet é a maior provedora independente de internet por fibra óptica e atuava neste segmento no interior do Nordeste.

Agora, passará a atuar também como uma operadora de rede móvel de telefonia.

— Temos uma nova prestadora de serviço móvel pessoal — disse o presidente do leilão, Abraão Albino.

Para o lote do Nordeste, a empresa ofereceu um ágio gigantesco: 13.741% em relação ao preço mínimo e pagará R\$ 1,2 bilhão. . No Centro-Oeste, o ágio foi de 4.054% e o valor pago, R\$ 105 milhões.

O bloco regional mais disputado foi o da região Sul do país. Após longa troca de ofertas, o Consórcio 5G Sul venceu a Mega Net Provedor de Internet com um lance de R\$ 73 milhões pela faixa. Assim, o Sul também passará a ter uma nova prestadora de telefonia móvel.

O Consórcio 5G Sul é uma união entre a Copel (Paraná) e Unifiquê (Santa Catarina e Rio Grande do Sul). A Copel integra o grupo econômico da Sercomtel, mas tem foco em banda larga fixa por fibra, enquanto a Sercomtel é uma concessionária de telefonia fixa e de telefonia móvel.

A Sercomtel, por sua vez, venceu o bloco que abrange a região Norte e grande parte do Estado de São Paulo, com ágio de 719% e lance de R\$ 82 milhões. Com sede em Londrina, no Paraná, a Sercomtel ganhou autorização da Anatel para atuar em todo o país.

A Cloud2U Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos venceu o bloco regional de 3,5 GHz nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais (exceto Triângulo Mineiro). A empresa ofereceu R\$ 405 milhões, um ágio de 6.266,25%.

A empresa será uma nova prestadora de serviço para a região e tem por trás as fabricantes brasileiros de equipamentos para redes Greatek e Skytech, com plantas em Ilhéus, Extrema e Manau

Não houve interessados para um bloco que tinha apenas a região Norte.



Novata nacional em antiga faixa 4G

Além de novas operadoras regionais, o leilão marcou a entrada de um novo player nacional, a Winity II Telecom, do Fundo Pátria, que pagou R\$ 1,4 bilhão para a faixa de 700 megahertz, um ágio de 805,84% em relação ao preço mínimo.

A Winity II Telecom é a nova plataforma de infraestrutura wireless do Fundo Patria, grupo com grande experiência em telecomunicações, antigo dono da Highline, vendida para o fundo norte americano Digital Bridge em 2019.

A frequência de 700 MHz permite maior cobertura e é uma sobra do leilão do 4G, de 2014. Claro, Tim e Vivo operam hoje o 4G nessa faixa. Com isso, o país ganha uma nova operadora com atuação nacional, depois da saída da Oi da rede móvel. Em recuperação judicial, a Oi vendeu suas operações em redes móveis.

Conexão via 4G

Na faixa de 2,3 GHz, que tem como compromisso disponibilizar 4G a municípios que ainda não são atendidos, a Claro e a Vivo ganharam os lotes para atender a região Norte por R\$ 72 milhões e R\$ 29 milhões, respectivamente.

A Claro e a Vivo atenderão o estado de São Paulo, menos a região de Franca, no interior do estado.

Para o Centro-Oeste, exceto a região de Itumbiara em Goiás e a cidade de Paranaíba, em Mato Grosso do Sul, a Claro e a Vivo arremataram os lotes.

O Nordeste será atendido pela Brisanet que fez uma única oferta de R\$ 111,3 milhões e levou o lote. No caso da região Sul, o atendimento será feito pela Claro e Tim.

A Vivo e a Tim arremataram lotes para atender os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, exceto o Triângulo Mineiro.

As regiões de Franca, do Triângulo Mineiro, de Itumbiara e da cidade de Paranaíba foram vendidas em conjunto e serão atendidas pela Algar e pela Claro.

As diferentes faixas de frequência

As faixas de frequências são por onde passam os dados. Como o espaço é limitado, as faixas vão a leilão. É por meio dessas faixas que o serviço de internet será prestado. O prazo de outorga — o direito de exploração das faixas — será de até 20 anos, podendo ser prorrogados.

Cada uma dessas faixas foi dividida em blocos nacionais e regionais. As empresas interessadas fazem as ofertas para esses blocos. Por isso, cada faixa de frequência pode ter mais de uma empresa vencedora, com atuações geográficas coincidentes ou distintas. Mas há limites para evitar concentração.

A empresa que levou um bloco nacional de 3,5 GHz não pode arrematar um regional.

Cada faixa tem uma finalidade específica, então, é esperado que atraiam empresas diferentes. Algumas faixas são voltadas, por exemplo, para celulares. Outras, para internet das coisas ou aplicações agrícolas.

Algumas companhias que participam do leilão são focadas no varejo, e outras, em prestação de serviço para o segmento corporativos e para o próprio setor de telecomunicações.



As faixas de frequência também têm obrigações de investimento que terão que ser cumpridas pelas empresas vencedoras do leilão. As contrapartidas foram definidas pelo Ministério das Comunicações e validadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Anatel.

Leilão pode ir até amanhã

As empresas que participam do leilão devem cumprir uma série de investimentos obrigatórios. Entre os investimentos está a necessidade de conectar escolas públicas e levar o acesso à rede móvel para rodovias federais.

Por isso, a maior parte do recurso movimentado com o leilão será transformado em investimento e não em arrecadação para os cofres do governo federal.

Como a sessão pode ser longa, há previsão no edital de que ela seja suspensa e retomada no dia seguinte ou em outra data a ser definida pela CEL.

Quem não participar do leilão ou não conseguiu arrematar algum lote, não necessariamente ficará de fora do 5G. É possível que após esse processo, as empresas que ganharam negociem com outras para prestação de serviços de natureza técnica ou financeira, por exemplo.

— Você tem um contrato entre o estado e um ente privado, esse contrato tem natureza pública. A partir do momento que o ente privado assume a concessão, ele é uma empresa de direito privado, então ela pode celebrar o contrato que ela quiser com quem quer que seja desde que ela mantenha os compromissos do leilão — explicou Paulo Fischer Carneiro, sócio do Chediak Advogados e especialista em direito societário, administrativo e regulatório.

O edital prevê que todas as capitais e o Distrito Federal terão cobertura de sinal 5G até 31 de julho de 2022. A previsão é que todas as cidades com mais de 30 mil habitantes sejam atendidas até 31 de julho de 2029.

O presidente Jair Bolsonaro acompanhou o início do leilão e destacou o potencial do 5G:

— Eu lembro dos idos 90, o Flávio (seu filho, hoje senador) tinha uns oito anos de idade. Eu chegava, era vereador, pegava um laptop, botava o cabo, tirava o telefone do interruptor e botava, plugava ali e ficava vários, às vezes 10, 15, 20 minutos, até entrar no ar a internet. Olha onde chegamos hoje em dia e onde iremos também. Com toda certeza, não vai ficar apenas no 5G.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 04/11/2021

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

CHINA CHAMA DE 'MANIPULAÇÃO' O RELATÓRIO DOS EUA SOBRE SEU ARSENAL NUCLEAR

Rebatendo o documento, governo chinês apontou justamente os Estados Unidos como 'a maior fonte mundial' de preocupação em torno desse tema

Por Redação, O Estado de S. Paulo

Pequim — O governo chinês classificou como “manipulação” um relatório do Pentágono divulgado nesta quarta-feira, 3, que alerta para uma expansão mais rápida que o esperado do arsenal nuclear do país asiático.



"O documento divulgado pelo Departamento de Defesa dos EUA, como outros semelhantes anteriores, ignora os fatos e está cheio de preconceitos", disse o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Wang Wenbin.

Soldados batem continência em frente a mísseis com capacidade nuclear durante desfile militar em 2009. Foto: REUTERS/David Gray/File Photo

O governante também acusou Washington de "inflar a tese da China como ameaça nuclear" e, rebatendo o teor do relatório, apontou justamente os Estados Unidos como "a maior fonte mundial" de preocupação em torno desse tema.

O documento do Pentágono estima que a China já pode lançar mísseis armados com ogivas nucleares de terra, mar e ar. "A China está investindo e expandindo o número de suas plataformas de lançamento nuclear terrestre, marítima e aérea e construindo a infraestrutura necessária para apoiar esta grande expansão de suas forças nucleares", disse o Departamento de Defesa.

Isso significa que o país asiático "possivelmente já estabeleceu uma tríade nuclear" de sistemas de lançamento e está "aumentando sua capacidade de produzir e separar plutônio por meio da construção de reatores reprodutores rápidos e instalações de reprocessamento".

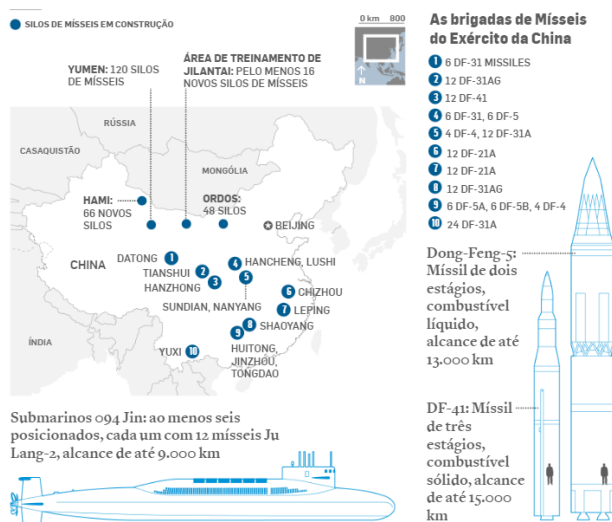
Segundo acreditam os Estados Unidos, os chineses poderiam ter 700 ogivas nucleares em 2027 e chegar a mil em 2030, um arsenal duas vezes e meia maior do que o previsto pelo Pentágono há apenas um ano.

A avaliação aparece no relatório anual que o Pentágono submete ao Congresso sobre o desenvolvimento militar chinês.

Mesmo se alcançar mil ogivas nucleares, o arsenal chinês estaria longe de se igualar ao dos Estados Unidos e da Rússia, que juntos possuem mais de 90% das armas nucleares mundiais: 5.550 os EUA e 6.255 Moscou, segundo dados do Instituto Internacional de Pesquisas para a Paz de Estocolmo (Sipri)./AFP

Capacidade nuclear chinesa

Pequim está modernizando rapidamente seu arsenal atômico, com novos mísseis e equipamentos modernos



Fonte :FAS, NTI e MDA

PARALISAÇÃO DE CAMINHONEIROS AFETA OPERAÇÕES NO PORTO DE SANTOS

Associação Brasileira dos Terminais Retroportuários e das Transportadoras de Contêineres informou que as atividades em vários terminais seguem impedidas de atuar devido a manifestação promovida pelo sindicato que representa os caminhoneiros

Por André Borges, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - A greve dos caminhoneiros, iniciada na segunda-feira, 1º, está longe de ter paralisado o País como prometiam os profissionais autônomos da categoria, mas passou a comprometer parte das operações de transporte do Porto de Santos, o maior do País.

A Associação Brasileira dos Terminais Retroportuários e das Transportadoras de Contêineres (ABTTC) informou, nesta quarta-feira, 3, que as atividades em vários terminais - sejam aqueles usados para armazenagem e reparo de contêineres vazios, ou ainda áreas para o despacho aduaneiro de exportação - "seguem impedidas de atuar devido a manifestação promovida pelo Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens da Baixada Santista e Vale do Ribeira (Sindicam).



Greve dos caminhoneiros compromete parte das operações de transporte do Porto de Santos, o maior do País Foto: Clayton de Souza/Estadão

A associação acusa o movimento grevista de, inclusive, ter impedido que as empresas trabalhem utilizando as suas frotas próprias, para fazer a retirada de contêineres vazios e a entrega de contêineres cheios nos terminais portuários, "ocasionando uma série de prejuízos aos exportadores".

"Há inúmeros relatos de nossos associados informando danos aos veículos que tentam desempenhar as suas atividades, forçando as empresas evitarem colocar seus veículos em operação, prejudicando ainda mais o escoamento das mercadorias de exportação", afirma a ABTTC.

A associação declarou que reconhece "a legitimidade das reivindicações da categoria", mas que "é primordial que estes atos não gerem prejuízos às empresas que necessitem manter as suas atividades" em funcionamento. "O Porto de Santos não merece ter a sua imagem maculada por movimentos extremos e desnecessários como os que estão ocorrendo com os transportadores autônomos de contêineres liderados por seus sindicatos representativos".

O Ministério da Infraestrutura tem monitorado as manifestações desde o primeiro dia e não há, neste momento, registros de paralisações em rodovias, mas apenas no porto de Santos. As informações são de que cerca de 80% da estrutura de Santos opera normalmente e que 20% das embarcações estão sendo afetadas pela diminuição de volume, principalmente de contêineres.

No dia 1º de novembro, durante a madrugada, após a dispersão de manifestantes pela Polícia Militar de São Paulo no acesso ao Porto de Santos, foram registrados atos de vandalismo na rodovia que dá acesso ao porto. "Criminosos lançaram pedras em veículos que transitavam e danificaram um carro guincho da concessionária Ecovias. A Polícia Rodoviária Federal fez a escolta de cerca de 25 caminhões durante a noite evitando qualquer retenção na via", informou o Minfra, na ocasião.

O ministério tem oferecido escolta para os comboios de caminhões de empresas que chegam ao local. Representantes da pasta devem se reunir hoje com as transportadoras para buscar uma forma de alinhar e reforçar a segurança dos que seguem para os terminais do litoral paulista.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 04/11/2021

DESESTATIZAÇÃO NO SETOR PORTUÁRIO

meta é que a modelagem final amplie a eficiência da operação e fortaleça a competitividade do setor

Por Murillo Barbosa, O Estado de S.Paulo*

O setor portuário brasileiro vive um momento importante de sua história com o encaminhamento do processo de desestatização dos portos organizados. O avanço dos debates sobre o modelo que será adotado, inicialmente, para a Companhia Docas do Espírito Santo é uma conquista para o setor, pois representa o reconhecimento do governo da necessidade de aperfeiçoar a gestão da Autoridade Portuária.



A operação portuária do País já foi totalmente privatizada, seja por meio de autorização ou pelos arrendamentos nos portos públicos. Foto: Tiago Queiroz/Estadão - 20/7/2018

Todavia, é essencial esclarecer à sociedade o que, de fato, está sendo privatizado e quais os pontos de atenção sobre o possível modelo a ser adotado. A ATP sempre defendeu a desestatização dos portos, e não poderia ser diferente, já que a associação apoia a privatização plena da atividade portuária no Brasil, desde que tivesse como propósito esta

evolução da gestão da administração portuária.

Existe uma grande preocupação no setor com a definição de um modelo único para a desestatização da Codesa e de Barra do Riacho e seus desdobramentos nos outros processos, já que ele servirá de referência para os demais portos. Deixar de considerar outros modelos, como a concessão de serviços ou alienação plena, poderá conduzir a um método limitante de escolha da melhor opção para o processo de desestatização dos portos, já que cada complexo portuário tem suas especificidades.

Na desestatização de outros modais (ferrovias, rodovias e aeroportos), o concessionário assume completamente a gestão, tomando conta do ativo e de toda a operação. No caso dos portos é diferente. Desde 1993 a operação portuária do País já foi totalmente privatizada, seja por meio de autorização (terminais de uso privado) ou pelos arrendamentos nos portos públicos.

Enfim, o que está sendo desestatizado? Uma resposta simples está na analogia com um condomínio. O que está sendo privatizado é a administração do condomínio. As casas e empreendimentos continuam a operar, com suas franquias, produtos e serviços. O que será desestatizado é a gestão do espaço, os cuidados com a manutenção, a limpeza, a acessibilidade, ou seja, a infraestrutura do complexo.

A maior preocupação do mercado é que o modelo de desestatização represente um aumento de custo para os terminais. É de interesse de todos uma gestão mais ágil e flexível, desde que os terminais privados não sejam penalizados neste processo. O objetivo da desestatização é perseguir a melhoria da gestão, mas esse componente arrecadatário é preocupante, especialmente se recair sobre uma atividade que contribui significativamente para a economia.

A ATP está comprometida com essa pauta. A meta é que a modelagem final da desestatização represente e alcance o interesse comum – o incremento da eficiência da operação e o fortalecimento da competitividade do setor portuário nacional.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 04/11/2021

Valor

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

EXPORTAÇÃO DE SOJA CRESCEU 34% EM OUTUBRO

Nos primeiro dez meses 2021, volume chegou a 81,9 milhões de toneladas, 0,6% mais que em igual período de 2020

Por Rikardy Tooge — De São Paulo

Soja e milho

Exportações de janeiro a outubro (milhões de toneladas)



Fonte: Anec

As exportações brasileiras de soja somaram 2,92 milhões de toneladas no mês passado, 34,4% mais que em outubro de 2020, segundo a Associação Nacional de Exportadores de Cereais (Anec) informou ontem. Nos primeiros dez meses de 2021, o volume chegou a 81,9 milhões de toneladas, um aumento de 0,6% em relação a igual período do ano passado – em todo o ano de 2020, foram 82,3 milhões.

Neste mês de novembro, os embarques do grão deverão chegar a 1,93 milhão de toneladas,

expectativa baseada na atual programação dos portos. Se confirmada a projeção, será uma alta de 150,6% ante novembro de 2020.

Já o milho segue em direção oposta – o que já era esperado, diante das quebras nas duas principais safras do Brasil neste ano. As exportações em outubro totalizaram 1,85 milhão de toneladas, queda de 59,1% em relação ao mesmo mês de 2020.

De janeiro a outubro de 2021, foram enviadas 14,5 milhões de toneladas do cereal ao exterior, ante 24,6 milhões de toneladas do mesmo período do ano passado. Isso representa uma baixa anual de 41%, dentro da expectativa do mercado. Para novembro, a previsão é de redução maior, de 60,2%. A estimativa da Anec é que sejam exportadas 1,96 milhão de toneladas.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 04/11/2021

NAVIOS DE PEQUENO PORTE ENTRAM EM CENA PARA SUBSTITUIR GRANDES EMBARCAÇÕES DE CONTÊINERES

Afretadores buscam os menores navios para reduzir os custos, que estão inflados pelo boom no transporte marítimo de contêineres

Por Bloomberg

O boom no transporte marítimo de contêineres eleva a demanda por alguns dos menores navios de transporte de commodities do mundo.

Com as taxas de aluguel de caixas de aço de 6 metros em alta neste ano, afretadores buscam os menores navios para reduzir os custos. Com isso, produtos como aço, alumínio e grãos, que

normalmente seriam enviados em contêineres, são transportados em pequenos navios graneleiros.



Foto : Leo Pinheiro/Valor

E, com essa mudança, os ganhos de alguns dos maiores graneleiros do mundo, os chamados capesizes, são agora menores do que embarcações minúsculas. Os navios capesize ganhavam cerca de US\$ 27 mil por dia na quinta-feira, enquanto embarcações de tamanho reduzido faturavam US\$ 32 mil diariamente.

“Estamos transportando cargas que saíram de contêineres”, disse Jan Rindbo, CEO da DS Norden, que tem uma frota dos chamados tanques handysize, de tamanho reduzido. “É uma tendência que observamos na maior parte deste ano, em que, relativamente falando, os tipos de navios menores superaram os capesizes.”

Rindbo disse que entre as cargas que sua empresa tem transportado estão grãos e lingotes de alumínio, que normalmente seriam enviados em contêineres, afirmou.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 04/11/2021

OTTO ALENCAR COSTURA CRIAÇÃO DE IMPOSTO SOBRE EXPORTAÇÃO DE PETRÓLEO CRU E MUDANÇAS NA POLÍTICA DE PREÇOS DA PETROBRAS

Para presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, estatal deve implantar política de preços justos, adotando como parâmetro não só o mercado internacional, mas custos e sustentabilidade da indústria

Por Renan Truffi, Valor — Brasília

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, Otto Alencar (PSD-BA), disse que está discutindo com governadores a criação de imposto sobre exportação de petróleo cru, como forma de capitalizar um fundo de equalização de preços dos combustíveis. Além disso, Otto indicou que pode colocar em votação, no colegiado, projetos que forçam uma mudança na política de preços da Petrobras.



Otto indicou que pode colocar em votação, no colegiado, projetos que forçam uma mudança na política de preços da Petrobras — Foto: Getty Images

A discussão começou no Senado depois que a Câmara dos Deputados aprovou um projeto que muda a cobrança de ICMS sobre os combustíveis, o que desagradou governadores. "A Petrobras deve implantar uma política de preços justos, adotando como parâmetro para definição dos preços não só o mercado internacional, mas também os custos

e a sustentabilidade da indústria", defendeu Otto.

"A maior parte dos custos de produção de petróleo, talvez uns 70%, é realizada em real. E sobre esta parte não deve incidir a variação cambial do dólar. O custo do refino, cerca de 90%, também é realizado em real, não sofrendo impacto com a variação do dólar", completou.

O presidente da CAE também publicou em suas redes sociais que vai defender a implantação de um estoque regulador de derivados, como forma de evitar um possível desabastecimento. Otto tem participado de encontros com governadores, a convite do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para discutir uma solução para o impasse. A negociação sobre esse tema deve ter novo capítulo nesta sexta-feira, quando está prevista uma reunião entre Pacheco e a diretoria da Petrobras.

Há ao menos dois projetos no Senado que tratam de derrubar a chamada Política de Preços de Paridade de Importação (PPI), que vincula o preço do petróleo ao mercado internacional tendo como referência o preço do barril tipo brent, calculado em dólar. Um desses projetos é de autoria do senador Jader Barbalho (MDB-PA), pai do governador do Pará, Hélder Barbalho (MDB).

O texto apresentado por Barbalho determina que a Petrobras fique "proibida de vincular os preços dos combustíveis derivados de petróleo, como o óleo diesel, a gasolina e o gás natural, à cotação do dólar e ao preço internacional do barril de petróleo".

O senador Rogério Carvalho também protocolou proposta que interfere nessa política. O texto dele, no entanto, estabelece que o Poder Executivo regulamentará a utilização de bandas para definir limites para a variação de preços. Neste sentido, o governo também definirá a frequência dos reajustes e mecanismos de compensação.

"Assim, evitam-se variações abruptas, limitando os repasses dentro de determinado período", explica o senador na proposta. Por fim, Otto disse que a CAE deve votar na próxima terça-feira a convocação de representantes da Petrobras e do Ministério de Minas e Energia para "apresentar soluções e saídas para esse grave problema". Uma das possibilidades é que os senadores peçam a presença do ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e do presidente da estatal de petróleo, Joaquim Silva e Luna.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 04/11/2021

MINÉRIO DE FERRO TEM LEVE ALTA NA BOLSA DE COMMODITY DE DALIAN

Com feriado hoje em Cingapura, não houve dados sobre o preço do produto no porto de Qingdao

Por Valor — São Paulo



Os contratos de minério de ferro encerraram o dia com leve alta na Bolsa de Commodity de Dalian (DCE), apesar do recuo nos preços dos produtos siderúrgicos.

Para os contratos da commodity com entrega em janeiro, o ganho foi de 0,3%, a 583 yuan por tonelada.

— *Foto: Agência Vale*

Com feriado hoje em Cingapura, a Fastmarkets MB não publicou o preço do minério com teor de 62% de ferro no porto de Qingdao.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 04/11/2021

FOLHA DE S. PAULO

FOLHA DE SÃO PAULO - SP

ANP HABILITA 8 EMPRESAS PARA LEILÃO DO PRÉ-SAL, INCLUINDO EXXON E CHEVRON

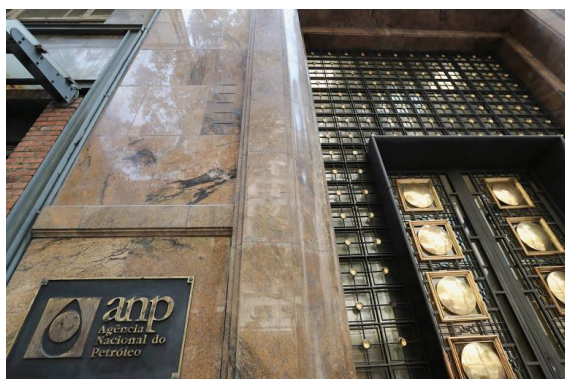
Lista também inclui Enauta, Ecopetrol, Equinor, Petronas, Totalenergie e Petrogal

Por Roberto Samora

A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) publicou nesta quinta-feira (4) uma relação de oito empresas já habilitadas para a segunda rodada de licitações dos volumes excedentes da cessão onerosa, no pré-sal, incluindo as norte-americanas Exxon e Chevron.

Também estão aptas a participar da rodada que vai leiloar áreas de Sépia e Atapu, em 17 de dezembro, a brasileira Enauta e as unidades da colombiana Ecopetrol, da norueguesa Equinor, da malaia Petronas, da francesa Totalenergies, além da Petrogal, da portuguesa Galp.

A Petrobras já manifestou ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) o interesse em exercer seu direito de preferência na segunda rodada de licitações dos volumes excedentes da cessão onerosa.



Edifício-sede da ANP, no Rio de Janeiro - Sergio Moraes - 5.nov.2019/Reuters

Em comunicado ao mercado em abril, a empresa disse que manifestou interesse nas áreas para um percentual de 30%.

As inscrições foram aprovadas na véspera em reunião da Comissão Especial de Licitação (CEL), da ANP.

Outros pedidos poderão ser analisados nas próximas

reuniões da CEL, segundo a ANP.

Fonte: Folha de São Paulo - SP

Data: 04/11/2021

CADE MULTA RUMO EM R\$ 247 MILHÕES POR INVIABILIZAR ATUAÇÃO DE RIVAL

Empresa interditou o pátio de Santa Adélia (SP), então essencial às atividades da Agrovía

O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) anunciou nesta quarta-feira (3) que aplicou multa de R\$ 247,1 milhões à Rumo por abusar de posição dominante e criar dificuldades para rival de transporte ferroviário na exportação de açúcar.

A penalidade refere-se a uma investigação aberta em 2016, após a rival Agrovía alegar que dependia da Malha Paulista, controlada pela Rumo, para transportar açúcar até o Porto de Santos (SP), mas que a empresa estava criando empecilhos. Por isso, a Agrovía teve que encerrar suas atividades.



Trem da Rumo Logística; empresa interditou o pátio de Santa Adélia (SP), então essencial às atividades da Agrovía - Eduardo Anizelli/Folhapress

A denúncia foi reforçada por investigação da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), que detectou indícios de irregularidades envolvendo as mesmas empresas.

De acordo com as investigações, a Rumo interditou o pátio de Santa Adélia (SP), então essencial às atividades da Agrovía, impossibilitando a empresa de prestar serviços aos clientes no

período entressafra. A manutenção do pátio, segundo a ANTT, era de responsabilidade da própria Rumo.

A Agrovía não conseguiu manter suas atividades e se retirou do mercado ainda em 2016. Dessa forma, parte considerável da demanda antes atendida pela Agrovía foi realocada para a Rumo, que se beneficiou da ausência da concorrente no mercado, concluiu o Cade.

Em nota, a Rumo afirmou que apresentou defesa refutando os argumentos da Agrovía e que grande parte dos fatos já tinha sido analisada e rejeitada pelo Cade em um processo anterior.

"A companhia aguarda a publicação da íntegra da decisão e informa que tomará as medidas cabíveis para sua reforma", afirmou a Rumo no comunicado.

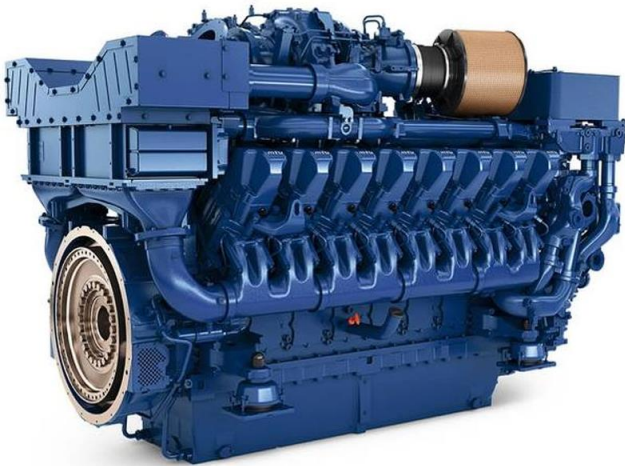
Fonte: Folha de São Paulo - SP
Data: 04/11/2021

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

ROYCE FORNECERÁ MOTORES MTU PARA QUATRO REBOCADORES HÍBRIDOS NO ESTALEIRO DETROIT

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 04 Novembro 2021



Quatro novos rebocadores de 80 toneladas em construção pela Detroit Brasil serão operado pela Starnav Servicos Maritimos

A Rolls-Royce anunciou um contrato para fornecer oito de seus motores mtu 16V 4000 M65L para quatro rebocadores de 80 toneladas a serem construídos pela Detroit Brasil e operado pela Starnav Servicos Maritimos. Os novos rebocadores terão um sistema de propulsão híbrido, combinando os motores mtu e o sistema de monitoramento mtu Blue Vision New Generation (BVNG) com propulsores Z-drive, componentes híbridos e controles da Schottel, fabricante de sistemas de propulsão e

direção para navios e aplicações offshore.

Embora a Rolls-Royce tenha entregue equipamentos mtu Série 4000 para Detroit Brasil para vários projetos de embarcações no passado, esta é a primeira vez que fornecerá motores para rebocadores de 80 toneladas para a empresa. É também a primeira vez que o motores mtu 16V 4000 M65L, que entregam 2560 kW a 1.800 rpm, serão usados na América Latina.

Assim que os novos rebocadores entrarem em serviço, a Starnav Serviços Marítimos operará um total de 96 motores da série 4000 da mtu em sua frota de rebocadores e embarcações offshore.

"O sistema híbrido presente nos novos rebocadores permitirá que os propulsores dos navios e um dos dois motores principais sejam conectados para todas as atividades de operação leve quando a potência total não é necessária, reduzindo as horas de operação dos motores principais. O resultado é uma redução custos gerais de manutenção, melhor consumo de combustível e menores emissões em comparação com uma configuração tradicional ", disse Maxwell Oliveira, gerente geral do estaleiro Detroit Brasil.

“Quando a potência de propulsão total é necessária, a conexão entre os dois propulsores é desativada e cada motor é acoplado a cada propulsor, revertendo para um sistema de propulsão de acionamento direto tradicional. As características de desempenho do mtu 16V 4000 M65L e seu mapa de desempenho permitem este tipo de conceito de propulsão híbrida, mantendo um nível considerável de potência de reserva disponível sob demanda”, disse Oliveira.

“Este pedido é um marco importante no lançamento da próxima geração de motores da série mtu 4000, já que o motor 16V 4000 M65L é atualmente a versão mais potente da nova série e está sendo fornecido para a América Latina pela primeira vez”, disse Christof von Bank, diretor de Vendas, Marinha e Américas na unidade de negócios Power Systems da Rolls-Royce. “Além disso, este contrato reforçará nossa participação de 20% no mercado brasileiro de rebocadores com motores mtu, posição que conquistamos na última década, desde a instalação de nossa primeira Série 4000 em um rebocador em 2010”, acrescentou.

Os motores mtu serão entregues em fases: dois em agosto, dois em outubro e dois conjuntos compostos por dois motores cada em dezembro.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/11/2021

PORTO DE ILHÉUS RETOMA MOVIMENTAÇÃO DE MADEIRA

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 29 Novembro -0001



O desembarque de 23.000 toneladas de madeira, em 26 de outubro, no Porto de Aveiro, em Portugal, oriunda do Porto de Ilhéus, marca a retomada da movimentação do produto pela Codeba. A exportação de madeira em bruto para a Europa estava suspensa desde março, por causa da pandemia da Covid-19.

“A exportação de madeira para Portugal é uma atividade importante para o Porto de Ilhéus. A retomada das operações é a constatação de que o setor se mantém ativo e que as operações

comerciais envolvendo a commodity superaram as restrições do período da pandemia e já retornam a seu ritmo normal, fomentando a criação de empregos no Brasil e a geração de novas receitas para a região”, diz Carlos Autran Amaral, diretor-presidente da Companhia das Docas da Bahia (Codeba), autoridade portuária responsável pela administração do Porto de Ilhéus.

Ao todo, até o final deste ano, serão quatro operações envolvendo a commodity. Três delas no estilo round trip, em que o transporte para Aveiro utilizará o mesmo navio, o "Esperance Bay". A quarta viagem poderá ser feita por um navio de maior porte, caso haja excedente de carga.

Mesmo com a exportação de madeira temporariamente suspensa, o Porto de Ilhéus registrou, no acumulado de 2021, até agosto, movimentação de 209.859 toneladas de soja, 75.727 toneladas de níquel e 55.933 toneladas de cacau, que apresentou uma alta de 141,72%, em relação ao acumulado no mesmo período do ano anterior.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/11/2021

BRADO RECEBE CERTIFICADO DE OPERADOR ECONÔMICO AUTORIZADO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 29 Novembro -0001



Empresa é a primeira operadora logística com ativos ferroviários a receber o reconhecimento da Receita Federal

A Brado se tornou a primeira operadora logística do país com ativos ferroviários a receber o certificado de Operador Econômico Autorizado (OEA). A novidade foi publicada na quarta-feira (3) no Diário Oficial da União (DOU).

Com a certificação, a Brado poderá usufruir de benefícios concedidos para empresas OEA com prioridades nos processos de importação e exportação de produtos.

A certificação OEA é um reconhecimento oferecido pela Receita Federal aos operadores logísticos que possuem atuação internacional e que comprovem ter capacidade de gerir riscos relacionados à segurança física das cargas, além de cumprir as conformidades tributárias e aduaneiras. A adesão ao Programa OEA tem caráter voluntário, mediante certificação que ateste o atendimento dos requisitos e critérios definidos na Instrução Normativa RFB nº 1985/2020.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/11/2021

PRODUTORES DE SAL DEFENDEM MANUTENÇÃO DE ISENÇÃO PARA COMPETIR COM CHILENOS

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 04 Novembro 2021



Arquivo/Divulgação

Não incidência da taxa de AFRMM do sal e produtos embarcados no Nordeste tem prazo de validade até 8 de janeiro de 2022.

O Sindicato das Indústrias de Extração do Sal do Estado do Rio Grande do Norte (Siesal-RN) avalia que, se não ocorrer a prorrogação da isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) vigente, o

sal brasileiro produzido no Rio Grande do Norte ficará sem condições de competir com o sal do Chile, principal concorrente e que está isento da taxa de AFRMM. Chile e países do bloco do Mercosul estão isentos do recolhimento do adicional, devido um acordo bilateral que abrange outros segmentos e concorrentes do Mercosul.

“Logo se observa que as empresas brasileiras ficam em desvantagem. Empresas do Mercosul e Chile passam a competir no Brasil com vantagem de não ter [incidência de] AFRMM, enquanto a indústria nacional localizada no Norte e Nordeste do país, que depende do modal marítimo, ficará prejudicada”, afirmou o diretor da Salinor e presidente do Siesal-RN, Airton Torres.

O Siesal acredita que a prorrogação da isenção prevista em artigo do projeto de lei da cabotagem (PL 4.199/2020) será mantida, aprovada no Senado e futuramente sancionada pela presidência da República. “Estamos esperançosos de que o Senado se sensibilize porque não estará beneficiando uma categoria, estará beneficiando o Norte e Nordeste do país como um todo. Se não houver a isenção, vai refletir em cima dos consumidores nacionais”, disse Torres. Ele lembrou que as duas regiões do país importam trigo, por exemplo, e recebem arroz proveniente do Sul.



A avaliação é que, sem a isenção, esses produtos chegariam ao Nordeste mais caros. Nesses termos, o sindicato entende que as empresas do sul do país ficariam prejudicadas porque passariam a fortalecer a concorrência no Mercosul. “É preciso o Senado ver com profundidade que, se a prorrogação [da isenção] não for concretizada, o benefício será dado a empresas do exterior e estaremos exportando empregos”, alertou Torres. Ele acrescentou que essa hipótese oneraria a distribuição de combustíveis pelo modal marítimo, encarecendo esses insumos.

Na semana passada, a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (Fiern) encaminhou ao Senado um pedido de urgência para a votação e sanção do projeto de lei da cabotagem (4.199/2020), especialmente em relação ao artigo 26. O dispositivo do PL trata da prorrogação da isenção do AFRMM por mais cinco anos. O argumento é que a não incidência do AFRMM, que dá isonomia concorrencial do sal brasileiro com o sal proveniente do Chile, expira em 8 de janeiro de 2022.

O diretor comercial da Maranhata, Augusto Fragoso Pires, acredita que se o BR do Mar não tornar a cabotagem competitiva não haverá mudança de cenário. “Se o BR do Mar não tornar o mercado de cabotagem competitivo, não vai adiantar o que está sendo feito. Somente duas empresas que transportam sal na cabotagem desde 2014”, lamentou. Pires disse que o sal é um produto prejudicado porque tem um dos custos mais baratos frente a outras cargas, variando na faixa de US\$ 20 por tonelada.

O acordo bilateral, sem prazo para terminar, permite que o sal chileno que sai de uma região próxima à fronteira com Peru dê a volta na América do Sul, levando 15 dias para chegar pelo modal marítimo a Santos, tenha o frete mais barato do que o trajeto entre o Terminal Salineiro Areia Branca (Termisa) e o Porto de Santos (SP), que leva cinco dias por cabotagem. Para o empresário do setor de sal, a isenção do AFRMM deve ser renovada porque é um incentivo que vem sendo prorrogado e porque o sal é um produto essencial não apenas para a alimentação, mas para diversos segmentos da indústria.

O Brasil hoje produz cerca de 6,5 milhões de toneladas de sal solar. Atualmente, 2,5 milhões de toneladas passam pela Termisa, sendo que cerca da metade é exportada e a outra metade é distribuída para outros portos brasileiros por cabotagem. Outros quatro milhões de toneladas, produzidos na região são distribuídos por caminhões, sem uso do modal marítimo. Há expectativa de que uma fábrica da Braskem em Maceió (AL) demande aproximadamente 900 mil toneladas de sal. A unidade passa por reformas e poderá optar pelo fornecimento do sal brasileiro. Em torno de um milhão de toneladas de sal chileno, que é produzido por outros processos, é exportado para o Brasil.

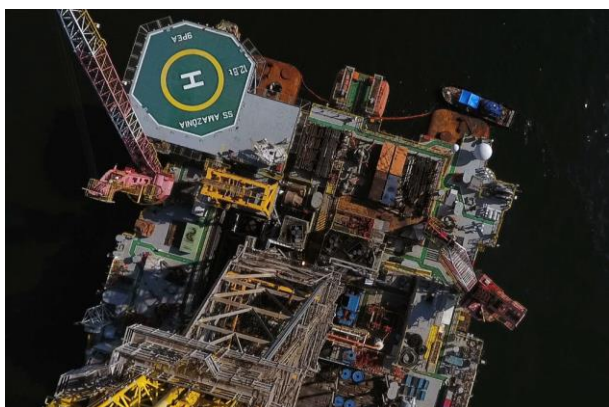
“Se a isenção não for renovada, acaba com a indústria de sal brasileira. Não tem cabimento o produtor chileno não pagar e o produtor brasileiro de sal pagar”, indagou. Pires considera que, em caráter de urgência ou não, o PL precisa ser uma regra que aumente ou estimule a competitividade. Ele defende que o BR do Mar traga competitividade, principalmente a produtos de baixo valor agregado como o sal. Para ele, o preço do transporte de sal deveria ser o mais barato do mundo, considerando a possibilidade do insumo poder navegar no sentido sul do país por cabotagem como carga de retorno para outras cargas de maior valor agregado levadas para o Norte e Nordeste, como o trigo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/11/2021

SEGUNDA RODADA DA CESSÃO ONEROSA: DIVULGADAS OITO EMPRESAS HABILITADAS

Da Redação OFFSHORE 29 Novembro -0001



A ANP publicou nesta quinta-feira (4) relação de oito empresas já habilitadas para a Segunda Rodada de Licitações dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa (LVECO2), prevista para 17 de dezembro. Estão aptas a participar da rodada a Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda., Ecopetrol Óleo e Gás do Brasil Ltda., Enauta Energia S.A., Equinor Brasil Energia Ltda., Exxonmobil Exploração Brasil Ltda., Petrogal Brasil S.A., Petronas Petróleo Brasil Ltda. e Totalenergies E&P Brasil Ltda.

A Segunda Rodada irá ofertar as áreas de Sépia e Atapu, ambas inseridas dentro dos limites do polígono do pré-sal. A Resolução CNPE nº 09/2021 estabelece que o edital da Segunda Rodada de Licitações dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa sob o regime de partilha de produção indica a participação obrigatória da Petrobras como operador, ocorrendo com 30% para ambas as áreas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 04/11/2021

SANTOS BRASIL CONQUISTA NOVO SERVIÇO DA CMA CGM

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 29 Novembro -0001



Acordo prevê a operação de cabotagem no Tecon Santos de linha de navegação que conta com duas embarcações e escalas quinzenais

A Santos Brasil firmou acordo com o armador francês CMA CGM para a operação de um novo serviço no Tecon Santos. Batizado de New Nexco, o serviço será de cabotagem e operado pela Mercosul Line, subsidiária dos franceses no país. A nova linha de navegação contará com dois navios porta-contêineres, o CMA CGM "Aristote" e o CMA CGM "Fort St. Georges", com capacidade para

1.700 TEUs e 2.200 TEUs, respectivamente. As escalas serão inicialmente quinzenais e os navios farão a rota Santos, Salvador, Suape, Manaus, Suape e Santos.

Segundo Danilo Ramos, diretor comercial de operações portuárias da Santos Brasil, o serviço está programado para ter início na primeira quinzena de novembro e deverá movimentar em torno de 30 mil contêineres por ano no terminal.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 04/11/2021

BÚZIOS PRODUZ 709,7 MBOE/D NO PRIMEIRO MÊS DE VIGÊNCIA DO ACORDO DE COPARTICIPAÇÃO

Da Redação OFFSHORE 29 Novembro -0001



O campo de Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos, produziu 709,697 Mboe/d (mil barris de óleo equivalente por dia) no mês de setembro, dos quais 566,196 Mbb/d (mil barris diários) de petróleo e 22,815 MMm³ (milhões de metros cúbicos) de gás natural. A partir deste mês, a produção do campo passou a ser atribuída a dois contratos distintos, um de cessão onerosa e outro de partilha, oriundo da primeira Rodada de Licitações dos



Volumes de Excedentes da Cessão Onerosa, realizada em 2019.

As parcelas correspondentes foram definidas no Acordo de Coparticipação de Búzios (ACP de Búzios), aprovado pela ANP em agosto. O percentual destinado ao contrato de Cessão Onerosa é de 26,1205% e para o contrato de Partilha de Produção é de 73,8795%. O ACP de Búzios garante segurança jurídica para essa modalidade de contrato, além de gerar um aumento na arrecadação de royalties para a União, estados e municípios brasileiros, bem como o recebimento de um percentual da produção pela União.

Em novembro de 2019, na primeira Rodada dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa, o consórcio formado pela Petrobras (operadora), CNODC Brasil Petróleo e Gás Ltda. e CNOOC Petroleum Brasil Ltda adquiriu o direito de exploração e produção do volume excedente ao Contrato de Cessão de Cessão Onerosa do campo de Búzios, sob o regime de partilha. No segundo leilão, previsto para 17 de dezembro, serão licitados os volumes excedentes das áreas de Sépia e Atapu.

Produção Nacional

A produção nacional de petróleo e gás natural em setembro totalizou 3,840 MMboe/d, sendo 3,001 MMbbl/d de petróleo e 133 MMm³/d de gás natural. Houve aumento de 0,1% na produção de petróleo em comparação com o mês anterior e de 3,2% em comparação com setembro de 2020. Já no gás natural houve redução de 2,4% em comparação com o mês anterior e aumento de 6,5% se comparado a setembro de 2020.

Pré-sal

A produção do pré-sal no mês de setembro totalizou 2,845 MMboe/d (milhões de barris de óleo equivalente), dos quais 2,255 MMbbl/d (milhões de barris por dia) de petróleo e 93,8 MMm³/d (milhões de metros cúbicos diários) de gás natural. Foi o maior registro histórico de produção mensal no pré-sal, tanto em termos absolutos quanto em percentual de participação na produção total do país.

Houve aumento de 2,9% em relação ao mês anterior e de 10% se comparada ao mesmo mês de 2020. A produção do Pré-sal teve origem em 130 poços e correspondeu a 74,1% do total produzido no Brasil.

Aproveitamento do gás natural

Em setembro, o aproveitamento de gás natural foi de 97%. Foram disponibilizados ao mercado 48,8 MMm³/dia. A queima de gás no mês foi de 3,9 MMm³/d, um aumento de 28,4% se comparada ao mês anterior e de 14,6% se comparada ao mesmo mês em 2020.

Origem da produção

Neste mês de setembro, os campos marítimos produziram 97,2% do petróleo e 81,7% do gás natural. Os campos operados pela Petrobras foram responsáveis por 92,6% do petróleo e do gás natural produzidos no Brasil.

Destaques

Em setembro, o campo de Tupi, no pré-sal da Bacia de Santos, foi o maior produtor de petróleo e gás natural, registrando 948 Mbbbl/d de petróleo e 43,1 MMm³/d de gás natural.

A plataforma Petrobras 75, produzindo no campo de Búzios por meio de quatro poços a ela interligados, foi a instalação com maior produção de petróleo, com 166,771 bbl/d.

A instalação FPSO Cidade de Itaguaí, produzindo no campo de Tupi, por meio de 7 poços a ela interligados, foi a instalação com maior produção de gás natural, produzindo 6,678 MMm³/d.

Estreito, na Bacia Potiguar, teve o maior número de poços produtores terrestres: 984.

Tupi, na Bacia de Santos, foi o campo marítimo com maior número de poços produtores: 62.

Campos de acumulações marginais

Esses campos produziram 322,3 boe/d, sendo 85 bbl/d de petróleo e 37,7 Mm³/d de gás natural. O campo de Iraí, operado pela Petrobrás, foi o maior produtor, com 230,9 boe/d.

Outras informações

No mês de setembro de 2021, 258 áreas concedidas, quatro de cessão onerosa e cinco de partilha, operadas por 37 empresas, foram responsáveis pela produção nacional. Dessas, 57 são marítimas e 210 terrestres, sendo 11 relativas a contratos de áreas contendo acumulações marginais. A produção ocorreu em 6.220 poços, sendo 470 marítimos e 5.750 terrestres.

O grau API médio do petróleo extraído no Brasil foi de 28,1, sendo 2,1% da produção considerada óleo leve ($\geq 31^\circ$ API), 88,1% óleo médio (≥ 22 API e < 31 API) e 9,8 % óleo pesado (< 22 API).

As bacias maduras terrestres (campos/testes de longa duração das bacias do Espírito Santo, Potiguar, Recôncavo, Sergipe e Alagoas) produziram 91,749 Mboe/d, sendo 71,4 mil bbl/d de petróleo e 3,2 MMm³/d de gás natural. Desse total, 66,3 mil boe/d foram produzidos pela Petrobrás e 25,4 mil boe/d foram produzidos por concessões não operadas pela Petrobrás, dos quais: 16.122 boe/d no Rio Grande do Norte, 8.397 boe/d na Bahia, 493 boe/d no Espírito Santo, 266 boe/d em Alagoas e 164 boe/d em Sergipe.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/11/2021

CADE CONDENA RUMO-ALL POR ABUSO DE POSIÇÃO DOMINANTE NO MERCADO DE LOGÍSTICA

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 29 Novembro -0001



Na sessão de julgamento da quarta-feira (3), o Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) condenou a Rumo Logística Operadora Multimodal (Rumo) e da América Latina Logística (ALL) por abusar da posição dominante e criar dificuldades à atuação de empresa rival no mercado de logística para exportação de açúcar via transporte ferroviário. A multa aplicada à empresa alcança R\$ 247,1 milhões.

A investigação teve início em 2016, a partir de denúncia feita ao Cade pela Agrovía, prestadora de serviço de logística integrada via modal ferroviário para exportação de açúcar. A empresa alegou à época que dependia da utilização da Malha Paulista, controlada pela Rumo-ALL, para transportar açúcar até o Porto de Santos, em São Paulo, e que a companhia estaria criando empecilhos ao seu funcionamento. A denunciante informou, por fim, que precisou encerrar suas atividades em razão do comportamento anticompetitivo da Rumo-ALL.

A denúncia foi reforçada por uma comunicação encaminhada ao Cade pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que apurou a existência de indícios de infração à ordem econômica em um processo que tramitava na agência envolvendo as mesmas empresas.

De acordo com as investigações do caso, a Rumo-ALL interditou o pátio de Santa Adélia, cidade no interior de São Paulo, que era essencial às atividades da Agrovía, impossibilitando a empresa de prestar serviços aos clientes no período entressafra, sob a alegação de que o local oferecia riscos à segurança por ausência de manutenção e reparos. Contudo, a manutenção do pátio, segundo a ANTT, era de responsabilidade da própria Rumo-ALL.

O Tribunal considerou provas que demonstraram que a Rumo-ALL buscou discutir com a Agrovia sobre a atribuição de responsabilidade da manutenção do pátio de Santa Adélia para, dessa forma, atrasar o restabelecimento do acesso à infraestrutura essencial detida por ela por um período de, pelo menos, quatro meses, o que configura o caráter anticompetitivo da conduta.

Segundo a relatora do processo, a conselheira Paula Azevedo, o comportamento da Rumo-ALL inviabilizou o acesso da Agrovia a equipamentos e canais de distribuição necessários à atividade-fim de escoamento do açúcar, criando dificuldades desarrazoadas ao funcionamento e desenvolvimento da concorrente.

O Conselho entendeu que a suspensão das atividades nesse período gerou entraves para a Agrovia, que, em um primeiro momento, foi forçada a fornecer transporte via modal rodoviário, e, posteriormente, impossibilitada de firmar contratos para a safra de 2016/2017 em função da incerteza sobre o restabelecimento da operação em Santa Adélia.

A investigação aponta que a Agrovia não conseguiu manter suas atividades e se retirou do mercado ainda em 2016, quando da rescisão do contrato de transporte ferroviário. Dessa forma, parte considerável da demanda antes atendida pela Agrovia foi realocada para a Rumo-ALL, que se beneficiou da ausência da concorrente no mercado.

Penalidades

Além de pagar multa no valor de R\$ 247,1 milhões, a Rumo-ALL está obrigada a divulgar em seus sites oficiais e comunicar aos seus clientes o teor da decisão do Cade em até 15 dias após a publicação da decisão plenária.

Além das sanções, o Tribunal determinou, entre outras medidas, o envio da decisão à Procuradoria Federal especializada junto ao Cade (PFE/Cade) para que seja avaliada se as condutas praticadas pela Rumo-ALL também podem significar descumprimento aos termos previstos no Acordo em Controle de Concentrações (ACC), firmado quando a autarquia aprovou a fusão da Rumo com a ALL.

Fonte: Cade

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 04/11/2021

PROPOSTA SELECIONADA DO NAVIO POLAR PREVÊ 47,68% DE CONTEÚDO LOCAL

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 04 Novembro 2021



Figura ilustrativa do NAPAnt (Divulgação Consórcio Polar-1)

Emgepron pretende promover encontros sobre projeto do NAPAnt com fornecedores locais, por intermédio do Cluster Tecnológico Naval do Rio de Janeiro e da Abimaq. Associação fará sugestões para potencializar conteúdo local, fortalecer indústria nacional de navepeças e garantir ciclo de vida útil do ativo.

Começaram as consultas aos potenciais fornecedores do projeto do navio de apoio Antártico (NAPAnt), cujo grupo construtor foi confirmado pela Marinha do Brasil no último dia 8 de outubro. O conteúdo local exigido inicialmente pela Marinha para o futuro navio previa o índice mínimo de 45%, sendo que a proposta selecionada pela força naval, do grupo Sembcorp Marine, apontou o percentual de 47,68%. A Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron) pretende promover encontros e eventos sobre o navio polar com fornecedores

locais e representantes da comunidade marítima, por intermédio do Cluster Tecnológico Naval do Rio de Janeiro e da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

Ao longo do projeto, a Emgepron poderá promover este tipo de encontro, a exemplo do que promoveu para o Programa de Fragatas Classe Tamandaré (PFCT), com intuito de garantir o atingimento e, até, a superação, dos índices de nacionalização que serão incluídos no contrato que ainda será firmado, como uma medida gerencial, a depender do desempenho desse indicador. O gerente do projeto Navio de Apoio Antártico, comandante Archimedes Francisco Delgado, explicou que o Cluster vai contactar empresas fornecedoras, incentivando a participação e usando o seu ambiente informacional para dar publicidade às possibilidades de fornecimento de materiais e equipamentos, contribuindo assim para o atingimento dos índices contratuais.

O comandante Delgado disse que o processo do NApAnt foi idêntico ao adotado para a obtenção das fragatas Tamandaré, tanto no que se refere à seleção pela Marinha quanto pela negociação que se inicia na Emgepron. A Marinha e a Emgepron vêm utilizando os processos de solicitação de informações (Request for Information — RFI) e de solicitação de propostas (Request for Proposal — RFP) utilizado há muitos anos pelas forças armadas dos países desenvolvidos. “Tal processo tem se mostrado eficaz e a Marinha e a Emgepron vêm se aperfeiçoando no seu emprego”, salientou Delgado.

Representantes da Câmara Setorial de Equipamentos Navais, Offshore e Onshore (CSENO) e da câmara de defesa da Abimaq estiveram recentemente falando com a gerência do projeto NApAnt, ligada à coordenadoria-geral de programas estratégicos da Marinha. A CSENO sugere que a Marinha poderia exigir conteúdo local separadamente, contemplando um percentual mínimo para equipamentos. A CSENO avalia que está tendo uma excelente articulação, tanto com a Marinha, quanto com a Emgepron e já fez algumas proposições à Marinha no sentido de haver um índice de conteúdo local próprio para equipamentos.

“A CSENO já fez essa sugestão à Marinha com objetivo de fortalecer a indústria nacional de navieças e garantir também o ciclo de vida útil do ativo, permitindo que, durante o período de vida útil da embarcação, a indústria nacional possa suportar o projeto com peças de reposição”, contou o presidente da CSENO/Abimaq, Bruno Galhardo. Ele defende um conteúdo local específico para máquinas e equipamentos que possa movimentar o mercado de fabricação nacional. “Dessa forma, teríamos um interesse das contratantes em desenvolver parcerias locais para fabricação de navieças”, acredita Galhardo.

Características básicas do NApAnt

Deslocamento	5.880 t
Comprimento	93,9 m
Boca Moldada	18,5 m
Calado	6,0 m
Velocidade Econômica	12 nós
Autonomia	70 dias
Propulsão	Diesel-Elétrica
Geração de Energia	3 Diesel Geradores de 4.416 kW cada
Volume dos Porões	1.964 m ³
Hangar	Para 2 aeronaves de porte médio

navio-polar-ficha-tecnica.jpg

O novo NApAnt irá substituir o navio de apoio oceânico (NApOc) Ary Rongel (H44), que se aproxima do final do ciclo de vida. A Marinha destacou que o processo de seleção baseou-se na expertise técnica e gerencial do seu pessoal e contou com o apoio da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A escolha da melhor oferta para atender o projeto teve início com a divulgação da RFP, em maio de 2020, e aplicou duas ferramentas principais: análise multicritério à decisão (AMD) e análise de riscos.

Em nota, a Marinha informou que a decisão envolveu a análise de mais de 300 critérios distribuídos nas seguintes áreas: desempenho do navio, modelo do negócio financeiro, ciclo de vida e apoio logístico integrado, e estratégia construtiva. O projeto vencedor será construído nas instalações do EJA, no Espírito Santo. A previsão da Marinha é que sejam gerados de 500 a 600 empregos diretos e mais de 6.000 indiretos, mobilizando importante parcela da indústria naval brasileira e da base tecnológica nacional.

'Polar-1 Ltda' é o nome da sociedade de propósito específico (SPE) formada pelo Estaleiro Jurong Aracruz (EJA) e pela Sembcorp Marine Specialised Shipbuilding, que fazem parte do mesmo grupo, a partir do resultado da concorrência promovida pela Marinha do Brasil para obtenção do navio. A negociação contratual com a SPE Polar-1 é conduzida pela contratante Emgepron e deverá cumprir os devidos trâmites legais e condições estipuladas na RFP para a assinatura do contrato no prazo mais breve possível. A entrega do navio à Marinha do Brasil está prevista para 2025.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 04/11/2021

TERMINAIS DIALOGAM EM BUSCA DE SOLUÇÃO PARA ACELERAR RENOVAÇÃO DO REPORTO

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 03 Novembro 2021



Arquivo/Divulgação

ABTP avalia que dispositivos no BR do Mar e na MP das autorizações ferroviárias estão em estágios mais avançados. Para associação, PL 3.412 tem chances de avançar, mas pode gerar maior discussão por incluir outros beneficiários.

A Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP) avalia que o projeto de lei 3.412, de autoria da deputada Rosana Valle (PSB), que prorroga o Reporto até 2030 tem boas chances de avançar, porém ainda possui um longo caminho até sua aprovação. A associação acredita que o PL 4.199/2020 (BR do Mar), em tramitação nas comissões do Senado, está em estágio mais avançado, assim como a medida provisória 1.065, que trata das autorizações ferroviárias. Esses dois dispositivos preveem a extensão do regime especial para a compra de equipamentos portuários, cuja validade expirou no final de 2020 e não foi renovada.

“Temos conversado com o Ministério (Infraestrutura) e membros do governo para ver como podemos acelerar esse processo [prorrogação do Reporto]. Também estamos trabalhando junto à Frenlogi (...). Em todas essas frentes, estamos conversando no Congresso. O mais importante é sair a renovação do Reporto”, disse o diretor-presidente da ABTP, Jesualdo Silva, em entrevista à Portos e Navios.

Silva explicou que o artigo específico do atual texto do PL da cabotagem garante o Reporto aos empreendedores que já tinham direito ao benefício. O diretor-presidente da ABTP acrescentou



que foram apresentadas duas emendas à MP das autorizações ferroviárias, que em breve poderá começar a trancar a pauta de votação. “Essas são as duas iniciativas mais próximas. Basta vontade política”, comentou Silva.

A associação considera que a vantagem do PL da deputada Rosana Valle, em termos de processo legislativo, é que o texto trata exclusivamente da questão do Reporto, diferentemente da MP e do BR do Mar, que abrangem uma série de outros temas. No entanto, como inclui outros beneficiários no regime especial, a ABTP entende que pode ser exigida uma maior discussão, principalmente no Ministério da Economia. “Entendemos que os pleitos são legítimos, mas esse PL tem um grau a mais de discussão. A vantagem é ser exclusivo sobre Reporto, mas tem um elemento novo, que agrega outros contemplados”, analisou.

Silva contou que, nas conversas com representantes do Ministério da Economia nos últimos meses, havia disposição para renovação por dois anos, por meio de PL, começando em janeiro de 2022. No entanto, a percepção é que a pasta não cogita aprovar uma medida imediata que venha do Congresso e demande justificar uma compensação orçamentária e a criação de uma nova receita. Ele ressaltou que, ainda assim, uma eventual aprovação dentro do próximo orçamento é uma alternativa que pode voltar a ser pleiteada pelo setor.

O PL 3.412, que passou pela Comissão de Viação e Transportes (CVT) da Câmara dos Deputados, prevê a renovação do Reporto até o final de 2030 e estende os benefícios do Reporto às empresas de dragagem, aos recintos alfandegados de zona secundária, aos recintos especiais para despacho aduaneiro de exportação (Redex), aos terminais de armazenagem e reparo de contêineres vazios (Depots) e aos centros de formação profissional e treinamento. Por essa via, a manutenção do Reporto depende da aprovação do projeto nas comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Dessa forma, estas empresas, bem como as já atendidas pelo Reporto, poderão contar com lei que garanta este incentivo fiscal para modernizar suas atividades, efetuando aquisições e importações de máquinas e equipamentos portuários, peças de reposição e outros bens sem similares nacionais. A deputada pede que o benefício, essencial para os portos brasileiros, seja estendido até 31 de dezembro de 2030.

O Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto) foi instituído em 2004 e permitiu ao setor portuário investimentos acima de R\$ 40 bilhões apenas nos últimos seis anos. No mesmo período, ocorreram 25 leilões para arrendamentos portuários com mais investimentos, da ordem de R\$ 3,9 bilhões. A deputada justificou ter incluído os recintos alfandegados porque a MP que lhes garantia o benefício expirou em maio de 2012, impedindo a manutenção de 22.500 empregos diretos e indiretos.

"Se o Reporto deixar de vigorar, os impactos negativos afetarão toda a economia do país, inclusive a balança comercial, com queda de produtividade e atraso tecnológico dos portos, que não conseguirão acompanhar o aumento da produção previsto com a retomada da economia e geração de empregos", afirmou a autora do PL.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/11/2021

PORTOS FLUMINENSES MOVIMENTAM 6 MILHÕES DE TONELADAS EM SETEMBRO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 03 Novembro 2021



A Companhia Docas do Estado do Rio de Janeiro (CDRJ) registrou a marca de seis milhões de toneladas movimentadas nos quatro portos que administra em setembro, superando em 6,4% o volume de agosto. A CDRJ administra os portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis.

O resultado de setembro foi impulsionado pela movimentação de 5,22 milhões de toneladas no Porto de Itaguaí. O Porto do Rio de Janeiro, por sua vez, movimentou 759 mil toneladas.

O faturamento de setembro atingiu a marca de R\$ 106,9 milhões, que supera em 106% o faturamento de setembro de 2020. No Porto de Itaguaí, o faturamento de setembro somou R\$ 89,2 milhões. No Porto do Rio de Janeiro, o faturamento foi de R\$ 16,5 milhões em setembro.

Para o diretor de Negócios e Sustentabilidade da Docas do Rio, Jean Paulo Castro e Silva, a CDRJ deve superar a marca de R\$ 1 bilhão no faturamento de 2021, sendo a principal carga movimentada o minério de ferro, que apresentou crescimento em todos os meses do ano.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/11/2021



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS

Data : 20/04/2006